



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

RAIZZA CARVALHO GOIS

**A CONDIÇÃO DA MULHER NO TRABALHO DOMÉSTICO: UMA
ANÁLISE PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

**JOÃO PESSOA
2017**

RAIZZA CARVALHO GOIS

**A CONDIÇÃO DA MULHER NO TRABALHO DOMÉSTICO: UMA
ANÁLISE PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Paraíba, como pré-requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. ^a.Dr.^a Rejane
Gomes Carvalho.

JOÃO PESSOA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G616a Gois, Raizza Carvalho.

A condição da mulher no trabalho doméstico: uma análise para o município de João Pessoa-PB / Raizza Carvalho Gois. – João Pessoa, 2017.
73f.: il.

Orientador(a): Prof^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Mulher. 2. Trabalho doméstico. 3. Vulnerabilidade. 4. Direitos. I.

Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

**Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica
do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos a coordenação de monografia do curso de graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Raizza Carvalho Gois, matrícula 11217671, intitulada "A Condição da mulher no trabalho doméstico: Uma análise para o município de João Pessoa-PB", foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pela professora Rejane Gomes Carvalho (orientadora), Prof.º. Rosângela Palhano Ramalho (Examinadora), Prof.º. Wanderleya dos Santos Faria (Examinadora), no dia 18/05/2017 às 10:00 hs, no período letivo de 2016.2. A monografia foi APROVADA pela comissão examinadora e obteve nota (10,0).

Reformulações sugeridas: Sim (X) Não ()

Atenciosamente,

Rejane Gomes Carvalho

Prof.ª. Dr.ª Rejane Gomes Carvalho
(Orientadora)

Rosângela Palhano Ramalho

Prof.ª. Ms.ª Rosângela Palhano Ramalho
(Examinadora)

Wanderleya dos Santos Farias

Prof.ª. Dr.ª Wanderleya dos Santos Farias
(Examinadora)

Prof.º. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
(Coordenador de Monografia)

Prof.º. Dr. Adriano Firmão Valério de Araújo
(Coordenador do curso)

Prof.º. Dr. Paulo Amilton Maia
(Chefe de Departamento)

Ciente:

Raizza Carvalho Gois

Raizza Carvalho Gois
(Aluna)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e a todas que de alguma forma, estiveram presentes, colaborando para a realização deste estudo. Contudo faço menção de algumas pessoas que tenho muita admiração e que estiveram envolvidas diretamente para a construção desta pesquisa.

Ao meu Deus que sempre esteve ao meu lado, me orientando a conduzir todos os obstáculos da vida e por ter me dado força e sabedoria para chegar a finalização deste estudo.

Aos meus pais, por estarem ao meu lado, pelos ensinamentos e por toda dedicação a mim. Em especial ao meu pai que esteve sempre comigo desde o primeiro dia de aula, abrindo mão dos seus afazeres, enfrentando horas de espera dentro de um carro até o final de cada aula, para que eu pudesse chegar a conclusão do curso, agradeço a ele o amor incondicional e o incentivo aos estudos.

Aos meus irmãos que de alguma forma buscaram me apoiar nesta trajetória, com palavras de apoio e incentivo.

Ao meu esposo, verdadeiro companheiro, que sempre me incentivou e me deu força, acreditando em mim e na minha capacidade em cumprir este desafio.

As minhas amigas queridas Jessyca, Aniely, Driely e Walissioneide pelos momentos vivenciados na universidade e por terem tornado, estes momentos menos cansativos e mais alegres, pela ajuda diária com as disciplinas, pelo apoio e pelo incentivo.

Ao Sindicato das trabalhadoras domésticas do município de João Pessoa, que abriu as portas para a realização desta pesquisa, onde eu tive a oportunidade de aprender bastante sobre a realidade do trabalho doméstico. Em especial Rejane e Suzana e a todas as trabalhadoras domésticas que participaram desta pesquisa, a vocês deixo expressa minha gratidão.

A minha orientadora Rejane Carvalho Gomes, por ter dedicado seu tempo e sua atenção e que com sua paciência e sabedoria contribuiu imensamente com esta pesquisa.

Agradeço.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as condições da inserção da mulher no mercado de trabalho e a atividade do trabalho doméstico no município de João Pessoa-PB. O trabalho doméstico é predominantemente realizado por mulheres por requerer habilidades culturalmente e historicamente atribuídas ao sexo feminino. Apesar de ser uma importante atividade produtiva, ainda é realizada sob condições de vulnerabilidade e precariedade, mesmo com os avanços alcançados pela legislação trabalhista, com reconhecimento social frágil. Para abordar o tema, tornou-se necessário realizar uma revisão teórica de modo a problematizar o contexto do trabalho doméstico na sociedade, pontuando alguns aspectos sobre a origem e a definição em torno do trabalho doméstico, a (in)formalidade e a legislação trabalhista. A pesquisa é considerada bibliográfica, quantitativa, descritiva e qualitativa. Fez-se uso de dados secundários coletados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, buscando caracterizar o perfil das mulheres trabalhadoras quanto a escolaridade, faixa etária, ocupação, rendimento e as particularidades e condições do trabalho doméstico. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo com trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas, por meio de entrevista semi-estruturada, com o intuito de abordar questões subjetivas relacionadas à precarização e vulnerabilidade social, não apreendidas pelos dados secundários. A pesquisa constatou forte presença de mulheres nesta ocupação, com nível de instrução baixo, sem qualificação profissional, oriundas do interior e com rendimentos baixos. Embora seja relevante reconhecer os avanços recentes na legislação específica para o trabalho doméstico, esta atividade ainda é marcada pela precariedade, pela discriminação e pela informalidade. Quanto à representação sindical, a dificuldade enfrentada é o insuficiente engajamento das trabalhadoras domésticas, tendo em vista suas extensas jornadas de trabalho, apesar de reconhecerem a importância dessa organização para a efetividade dos direitos da categoria.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho Doméstico. Vulnerabilidade. Direitos.

ABSTRACT

The present study has as main objective to analyze the conditions of the insertion of women in the labor market and the activity of domestic labor in the municipality of João Pessoa-PB. Domestic work is predominantly performed by women because they require cultural skills and historically attributed to females. Despite being an important productive activity, it is still carried out under conditions of vulnerability and precariousness, even with the advances achieved by labor legislation, with fragile social recognition. To address the issue, it became necessary to carry out a theoretical review in order to problematize the context of domestic work in society, highlighting some aspects about the origin and definition of domestic work, (in) formality and labor legislation. The research is considered bibliographical, quantitative, descriptive and qualitative. Secondary data were collected through the Brazilian Institute of Geography and Statistics, seeking to characterize the profile of working women in terms of schooling, age, occupation, income and the particularities and conditions of domestic work. In addition, a field survey was conducted with monthly and diarist domestic workers, through a semi-structured interview, with the aim of addressing subjective issues related to precariousness and social vulnerability, not captured by the secondary data. The research found a strong presence of women in this occupation, with low level of education, without professional qualification, from the interior and with low incomes. Although it is relevant to recognize the recent advances in the specific legislation for domestic work, this activity is still marked by precariousness, discrimination and informality. As for union representation, the difficulty faced is the insufficient engagement of domestic workers, given their long working hours, although they recognize the importance of this organization for the effectiveness of the category's rights.

Keywords: Woman. Housework. Vulnerability. Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	João Pessoa - População economicamente ativa por sexo em número de pessoas (1991, 2000 e 2010) - números absolutos.....	34
Gráfico 2 -	João Pessoa - População de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo - 2010 (%)	35
Gráfico 3 -	João Pessoa- Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização- 2005/2015 (%).....	36
Gráfico 4 -	João Pessoa - Pessoas no trabalho principal por sexo - Mil pessoas (2010)	37
Gráfico 5 -	Paraíba e João Pessoa – Pessoas ocupadas como trabalhadores domésticos em um único domicílio em Mil pessoas (2012 a 2015) .	41
Gráfico 6 -	Paraíba e João Pessoa- Pessoas ocupadas como trabalhadores domésticos em mais de um domicílio - Mil pessoas (2012-2015)	42
Gráfico 7 -	Paraíba – Pessoas por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Trabalhador doméstico - Mil pessoas (2012-2015)	43
Gráfico 8 -	Paraíba - Pessoas por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal e por sexo - Contribuintes em serviços domésticos - Mil pessoas (2012-2015)	44
Gráfico 9 -	Paraíba - Pessoas por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal e sexo e agrupamento de atividade - Não Contribuintes em serviços domésticos (2012-2015)	45
Gráfico 10 -	Paraíba - Rendimento médio real, habitualmente e efetivamente recebido por mês, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador Doméstico de 2012 a 2015 (R\$).....	46
Gráfico 11 -	João pessoa: Cor das trabalhadoras domésticas – 2017 (%).....	48
Gráfico 12 -	João Pessoa - Horas trabalhadas diariamente pelas trabalhadoras domésticas mensalistas – 2017 (%)	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	João Pessoa - Pessoas ocupadas na semana de referência no trabalho principal, segundo o sexo, a posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência oficial em 2010 (número de pessoas) ..	38
Tabela 2 -	João Pessoa - Pessoas ocupadas na semana de referência no trabalho doméstico e demais atividades, segundo o sexo e contribuição para instituto de previdência oficial em 2010 (em número de pessoas)	39
Tabela 3 -	João Pessoa - Faixa etária das trabalhadoras domésticas - (2017)	47
Tabela 4 -	João Pessoa- Anos de profissão, tempo de carteira de trabalho assinada e tempo de permanência na informalidade – 2017	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	OBJETIVOS.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O TRABALHO DOMÉSTICO E A BUSCA DAS MULHERES POR RECONHECIMENTO.....	14
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	14
2.1.1	A informalidade e a precariedade presente no trabalho doméstico	15
2.1.2	Definição de trabalho doméstico	17
2.1.3	Mensalistas e Diaristas	18
2.1.4	Evolução dos direitos dos trabalhadores domésticos	19
3	METODOLOGIA	27
3.1	PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA	30
4	AS CONDIÇÕES DO TRABALHO FEMININO E DOMÉSTICO EM JOÃO PESSOA	33
4.1	OCUPAÇÕES, TRABALHO E RENDIMENTO	33
4.2	A VOZ E A VEZ DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS.....	46
4.2.1	Idade, Cor, Estado Civil e Naturalidade	47
4.2.2	Nível de Instrução e Rendimento	48
4.2.3	Trabalhadora doméstica: uma questão de escolha?	50
4.2.4	Trabalho Infantil doméstico	52
4.3	JORNADA DE TRABALHO E ATIVIDADES REALIZADAS PELAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	53
4.3.1	Informalidade no trabalho doméstico	56
4.3.2	Discriminação, preconceito e a desvalorização presente no trabalho doméstico...	57
4.3.3	Avanços na legislação do trabalho doméstico	61
4.3.4	Representação política	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE	74

1 INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico, tanto a nível nacional quanto a nível de mundo, é considerado uma atividade bastante vulnerável e precária. É uma ocupação produtiva que, apesar dos avanços obtidos pela legislação trabalhista, tem seus direitos violados e seu reconhecimento social é mínimo, mesmo que seja uma atividade bastante importante para a reprodução da vida familiar e o bem-estar da população.

No Brasil, o trabalho doméstico está associado ao período da escravidão e às tradições colonialistas. Devido ter esta origem, sofre desvalorização e é considerada atualmente uma atividade com alto nível de informalidade e desproteção.

O trabalho doméstico é uma atividade predominantemente realizada por mulheres, em decorrência de requerer habilidades culturalmente atribuídas ao sexo feminino e, também, pelo seu contexto histórico. Desde o início da divisão social do trabalho, as mulheres tinham como principal espaço de trabalho o ambiente doméstico, tanto para àquelas que pertenciam a elite, quanto para as submissas e consideradas escravas. Eram elas as responsáveis pela subsistência e pela reprodução familiar no cuidado com seus esposos e seus filhos. Assim, tradicionalmente, tomaram conta dos afazeres domésticos como lavar, passar, limpar e cozinhar.

Com o advento da Revolução Industrial, ampliaram-se as possibilidades de novas ocupações e foi aberto maior espaço no mercado de trabalho para a mulher. A introdução da maquinaria no processo de trabalho industrial passou a exigir menor força muscular nos procedimentos do trabalho, permitindo que a mulher pudesse concorrer com os postos de trabalho antes ocupados somente por homens e ganhando assim um maior espaço na vida social pelo trabalho. Porém, o avanço dessas ocupações eram marcadas por desvalorização e precariedade em relação aos homens.

De acordo com Bruschini (1998), no que diz respeito a inserção ocupacional das mulheres na esfera produtiva, mesmo com a industrialização, ocorreu em ocupações menos valorizadas e tipicamente femininas do mercado de trabalho. As mulheres continuaram presentes nas atividades tradicionais, como por exemplo, o trabalho doméstico.

Esta realidade de desvalorização e precariedade do trabalho feminino persiste até hoje. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2013), usando dados de 2010, estima-se no Brasil cerca de 7,2 milhões de empregados domésticos, sendo que desse total, 6,7 milhões são representados por mulheres. Em nível mundial, a OIT vem focando no objetivo de tornar os direitos dos empregados domésticos iguais ao dos demais trabalhadores, visto que esta condição ainda não é verificada.

Diante desta problemática, o interesse e a justificativa para este estudo se dá em decorrência do tema apresentar grande importância no debate da economia do trabalho, tendo em vista que o trabalho doméstico emprega, historicamente, parte significativa das mulheres ativas no mercado de trabalho. Além disso, é relevante por apresentar a questão da igualdade de gênero no trabalho, a conquista de direitos e o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras no ambiente do trabalho doméstico. O estudo poderá contribuir para se entender o desenvolvimento das condições sociais, econômicas e culturais que levaram as mulheres a ingressarem nesta atividade. Além disso, possibilitará observar as mudanças ocorridas com a legislação trabalhista que regulamenta a atividade do trabalho doméstico e as condições de trabalho existentes realizada por um segmento das mulheres na sociedade contribuindo, assim, para o debate acadêmico e para o reconhecimento do trabalho doméstico como atividade produtiva.

O espaço selecionado para abordar o tema da pesquisa foi o Município de João Pessoa, tendo em vista que, apesar de ser uma capital, também concentra uma importante parcela de mulheres realizando o trabalho doméstico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados do censo demográfico, em 2010, dos ocupados em João Pessoa, o número de empregados domésticos correspondiam a 8,19%, com maior presença das mulheres, representando deste total o equivalente a 7,57%. É um trabalho que a despeito de todo aparato legal, devido aos avanços na sua legislação, ainda é considerado um trabalho bastante precário e com elevados índices de informalidade. Além disso, existe poucos estudos no que diz respeito a condição da mulher no trabalho doméstico, o que estimulou a querer entender mais sobre esta problemática no município.

1.1 OBJETIVOS

- OBJETIVO GERAL

Analisar as condições da inserção da mulher no mercado de trabalho e a atividade do trabalho doméstico no município de João Pessoa.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar o perfil das mulheres trabalhadoras referente a escolaridade, faixa etária, ocupações e rendimentos em João Pessoa.

- b) Descrever as características e as condições do trabalho doméstico.
- c) Registrar as principais mudanças na legislação trabalhista que regulamentam o trabalho doméstico.
- d) Apresentar as particularidades da representação sindical das trabalhadoras domésticas e as dificuldades enfrentadas em João Pessoa.

Esta monografia está organizada em 5 capítulos. Na introdução, localiza-se a discussão em torno do trabalho doméstico e apresenta-se o interesse e a justificativa para este estudo, além dos objetivos da pesquisa.

No capítulo 2 apresenta-se a fundamentação teórica que aborda inicialmente a origem do trabalho doméstico, fazendo uso das contribuições dos principais autores que se dedicaram na investigação das relações de trabalho e suas implicações na sociedade capitalista e, mais especificamente, do trabalho doméstico no Brasil. Ademais, observa-se, de forma breve, a evolução dos direitos dos trabalhadores domésticos, destacando as leis referentes ao tema e os principais direitos conquistados.

O capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa realizada, em que se descreve o tipo da pesquisa, as fontes de dados e variáveis utilizadas e os caminhos da pesquisa de campo.

O Capítulo 4 abordou a “Voz e a Vez” das trabalhadoras domésticas, dando destaque para suas falas e impressões sobre a realidade vivida nos espaços de trabalho, as dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados na profissão. Entre outras questões, abordaram-se as motivações para a profissão de doméstica, o trabalho infantil, a jornada de trabalho, a informalidade, a discriminação e o preconceito.

Finalizou-se com as considerações finais, em que se privilegiou uma reflexão crítica sobre os resultados quantitativos e qualitativos alcançados com a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O TRABALHO DOMÉSTICO E A BUSCA DAS MULHERES POR RECONHECIMENTO

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

A história do trabalho doméstico no Brasil tem suas raízes na escravidão, relação de trabalho que marcou uma importante fase dos ciclos produtivos no país. Segundo Compoy (2012), o sistema escravista no Brasil teve bastante influência na formação da atividade que hoje recebe o nome de trabalho doméstico. Essa ideia se confirma com Capistrano (2013) e Andrade Júnior (2014), tendo em vista que ambos autores associam as raízes do trabalho doméstico ao sistema escravocrata vivenciado no Brasil durante a época colonial.

De acordo com Capistrano (2013), é importante ressaltar que o nascimento do trabalhador doméstico origina-se no regime escravista, que marca não somente o trabalho doméstico, mas as características da classe trabalhadora brasileira. Segundo a autora, no período pré-colonial, os conquistadores deslumbraram-se com as riquezas que o país lhes oferecia e as potencialidades da sua exploração, submetendo os indígenas, povos nativos já habitantes do Brasil, a trabalharem para eles. Esta mão-de-obra serviu para a extração dessas riquezas, em especial, com a extração do Pau-Brasil, que serviu para o enriquecimento do país metrópole.

Em destaque para a fase dos ciclos econômicos no Brasil, com o surgimento do ciclo açucareiro, os colonizadores portugueses perceberam que a mão-de-obra indígena não seria suficiente, pois a superexploração desse povo provocou muitas mortes e os que sobraram não iriam dar conta do trabalho mais intenso. Para a produção da cana-de-açúcar, foram importados escravos africanos e, juntamente com eles, vieram mulheres e crianças. Uma seleção era realizada para tipos específicos de trabalho, havendo a separação dos membros das famílias após instalados nos solos brasileiros. As mulheres mais “apresentáveis” iriam trabalhar nas casas dos colonizadores, surgindo assim o trabalho doméstico.

Após longo período de escravidão no Brasil, registrou-se a Abolição da Escravatura em 1888. Contudo, quando os escravos conseguiram sua liberdade, passaram a vivenciar o preconceito da sociedade numa distinção clara entre as atividades realizadas por brancos e negros no trabalho livre. Para grande parte dos recém libertos, coube a única alternativa de permanecer com seus antigos donos, em troca de casa e comida, mas de forma precarizada. Portanto, aqueles que haviam se fixado no trabalho doméstico, na Casa Grande, passaram a compor os denominados trabalhadores domésticos.

Esta ideia se confirma na interpretação de Andrade Júnior (2014). De acordo com o autor, tendo como base a época colonial conforme estruturada e apresentada na obra *Casa Grande e Senzala*¹, ocorria uma segregação entre os negros e brancos, mas de modo a permitir um convívio com os senhores, tornando assim a Casa Grande povoada por mucambas, cozinheiras, sob condição de empregadas domésticas, além de satisfazer as necessidades dos seus donos.

De acordo com o autor, mesmo após a abolição da escravatura foram as ex-escravas e seus descendentes que continuaram nesta atividade, tendo em vista que esta era sua única opção devido à falta de qualificação. Assim, para garantir sua subsistência eram obrigadas a continuar nas fazendas sob a condição de empregadas domésticas.

2.1.1 A informalidade e a precariedade presente no trabalho doméstico

O trabalho doméstico é considerado umas das atividades em que se encontra um alto grau de informalidade. De acordo com a OIT (2002), “as atividades consideradas informais são aquelas onde a legislação não lhes é aplicada ou não é respeitada, embora operem no âmbito da lei, ou ainda, não lhes é aplicada por impor excessivos cargos”.

Segundo Nogueira (2004), as causas que levaram ao avanço da informalidade no mundo do trabalho ocorreram em virtude da reestruturação produtiva do capital e do fortalecimento do neoliberalismo. No Brasil, as políticas com caráter neoliberal começaram a tornar-se mais visíveis a partir de 1990. Nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), o neoliberalismo visualizou seu avanço por meio de políticas monetárias, privatizações de empresas públicas, das flexibilizações nas relações de trabalho, entre outras ações que objetivavam a reforma do Estado e a estabilização da economia.

Para Leite (2009), o termo informalidade foi elaborado como uma forma de caracterizar as ocupações que possuem rendimentos inferiores quando comparadas ao setor formal. Também contempla atividades cuja proteção social é baixa e estão incluídas no setor informal, caracterizando trabalhadores que não possuem uma cobertura de seguridade social e direitos trabalhistas, ou seja, aqueles que não trabalham sob o regime formal registrado.

¹ Em referência a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933.

Segundo Araújo e Lombardi (2013), no setor informal estão inseridos grande parte das pessoas que possuem um nível de formação educacional baixo. Neste caso, os trabalhadores domésticos fazem parte da categoria considerada com menor grau de instrução.

A maioria dos trabalhadores domésticos convive com a baixa escolaridade por diversos fatores econômicos, históricos e culturais. Além disso, a situação é agravada em virtude de dificuldades na aplicação e no respeito à legislação. Apesar de mudanças nas leis que regulamentam o trabalho doméstico e das garantias de proteção legal, o amparo judicial sobre o trabalhador doméstico ainda não foi colocado totalmente em prática.

A Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015, dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e traz novas providências para a categoria, como a idade mínima para a contratação, a duração da jornada de trabalho, o valor estabelecido para a remuneração noturna, o período de gozo de férias, a contribuição obrigatória para a previdência social, entre outros. Esta lei regulamenta atualmente o trabalho doméstico no Brasil e revela possíveis limitações que podem ser verificadas, principalmente, nas dificuldades de fiscalização, considerando que é um trabalho exercido no âmbito privado do domicílio do contratante. Essa peculiaridade do trabalho doméstico favorece a falta de respeito da lei por parte de alguns empregadores, possibilitando a permanência da informalidade e da precarização do trabalho neste segmento, apesar do avanço histórico alcançado com a aprovação da lei que regulamenta o trabalho doméstico no Brasil.

A carteira de trabalho assinada, por exemplo, é um direito garantido na lei. Contudo, ainda é possível observar o não respeito a legislação trabalhista por parte significativa de empregadores e, em alguns casos, também legitimadas pelos trabalhadores domésticos devido a razões diversas, mantendo apenas uma relação empregatícia sem vínculos formais.

Um outro conceito bastante complexo, mas também bastante presente dentro da categoria do trabalho doméstico, é a precarização do trabalho.

De acordo com Leite (2009) a palavra precarização toma por significado uma piora nas condições de trabalho. Ocorre a precarização do trabalho quando acontece prejuízo para o trabalhador na relação social de trabalho, seja no que diz respeito a salários obtidos, nos direitos trabalhistas, ou nas características do vínculo empregatício.

Ainda de acordo com a autora, é a combinação de fatores como instabilidade, falta de proteção e a insegurança no que se refere a proteção social e a vulnerabilidade econômica ou social que conceitua a precariedade do trabalho.

As trabalhadoras domésticas são marcadas pela precarização, em virtude delas apresentarem maior vulnerabilidade, por possuir menor nível de instrução e como consequência

disso, auferir salários menores. Sua posição no trabalho, condiciona a uma cobertura menor de direitos trabalhistas, alta jornada de trabalho e o não cumprimento dos direitos até então conquistados legalmente, como por exemplo hora extra, o que termina por naturalizar essa exploração ou a negação dos direitos por medo de perder o emprego.

2.1.2 Definição de trabalho doméstico

Segundo a OIT (2011) define-se trabalho doméstico aquele que é realizado por qualquer pessoa em tempo parcial ou integral para um ou mais domicílios. Está incluído neste trabalho uma multiplicidade de atividades tais como: cozinhar, limpar, passar roupa, cuidar de idosos e crianças, entre outros.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2008), considera-se “empregado(a) doméstico(a) aquele(a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”.

Neste mesmo sentido, o Art. 1º da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 também conceitua empregado doméstico como “aquele que preste serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” (BRASIL, 2015).

Conforme visto anteriormente, historicamente, o trabalho doméstico tem sido uma atividade realizada predominantemente pelas mulheres. Segundo Bruschini (1998), as atividades domésticas são tidas como responsabilidade feminina, não importando sua posição familiar, se trabalham fora do seu âmbito familiar ou de sua situação social.

Essa predominância fica clara a partir das informações apresentadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013). De acordo com o órgão havia, em 2011, cerca de 6,6 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, sendo que, deste total, as mulheres correspondiam a 6,1 milhões, aproximadamente, 92,6% em termos percentuais.

As atividades domésticas, em sua grande maioria, são realizadas dentro de um domicílio familiar, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar, cuidar das crianças, dos idosos, dos animais de estimação, etc. Estas atividades estão relacionadas a habilidades típicas femininas, como consequência da divisão sexual do trabalho que atribuiu às mulheres as tarefas de caráter reprodutivo.

De acordo com Brushini e Ricoldi (2009), a atividade doméstica caracteriza-se como as tarefas referentes aos cuidados com a casa, as tarefas relacionadas a higiene e alimentação, como cozinhar, limpar etc., e ao gerenciamento da casa no tocante ao pagamento das despesas corriqueiras do domicílio e a compra de matérias de uso indispensável para o bem-estar da família.

2.1.3 Mensalistas e diaristas

O trabalho doméstico pode ser dividido em dois grupos diferenciados: o das mensalistas e o das diaristas.

De acordo com Myrrha e Wajnman (2008), entendem-se por mensalistas aquelas trabalhadoras que prestam serviço a um único domicílio de forma habitual e contínua com dias e horários fixados e que possuem contrato de trabalho mensal, com carteira de trabalho assinada ou não.

Já as diaristas são aquelas trabalhadoras autônomas, que trabalham eventualmente em vários domicílios e que recebem seu salário por dia e não possuem carteira de trabalho assinada. Ou seja, são mais vulneráveis e não tem estabilidade como as mensalistas que trabalham em um único domicílio.

No caso das diaristas desejarem garantir o direito aos benefícios da previdência social, elas precisam ser inscritas como contribuintes individuais, passando a recolher mensalmente as contribuições à previdência a partir da sua própria remuneração e de seus esforços pessoais de abstenção de consumo.

As mensalistas, com carteira de trabalho assinada, são as que possuem um nível de estabilidade maior e, ainda, como são contribuintes da previdência, estão asseguradas pela Previdência Social, podendo desfrutar de todos os direitos trabalhistas conquistados. Em contrapartida, as diaristas ocupam as posições mais desprotegidas, devido a necessidade de trabalhar em vários domicílios e não serem propriamente empregadas formais e estáveis e não sendo asseguradas pela Previdência Social. Porém, apesar da informalidade, esta atividade é considerada atualmente bastante atraente por parte das trabalhadoras domésticas, tendo em vista a possibilidade de alcançarem maiores rendimentos e até menores jornadas de trabalho, mesmo que isso implique em maior intensidade do trabalho. Como esta ocupação é remunerada por dia trabalhado, se as trabalhadoras desse segmento conseguirem trabalhar em vários domicílios, poderão ganhar mais do que se prestassem serviços em apenas uma residência.

Por outro lado, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2012), a opção de tornar-se diarista não é apenas da trabalhadora doméstica em busca de maiores rendimentos, o que também implica maior intensificação do trabalho. As famílias empregadoras também exercem papel fundamental, pois para elas é mais vantajoso ter no seu domicílio uma empregada que execute todas as tarefas necessárias sem ter que pagar um salário integral, mas apenas o valor de uma diária, sem a obrigação de recolher as contribuições sociais compulsórias do trabalho formal. O baixo nível de renda das famílias também inviabiliza a contratação de trabalhadores domésticos formais, uma vez que provoca custos obrigatórios na condição de empregadores e, na contramão da formalização do trabalho doméstico, estimulam as atividades precárias e informais.

De acordo com o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2010), no caso descrito das mensalistas e diaristas, confirmam-se as ideias dos autores mencionados anteriormente. Para o PED, as mensalistas são as que se encontram em uma situação mais favorável em relação às diaristas em decorrência do reconhecimento formal que a categoria tem. E, especialmente, porque quando o recolhimento da contribuição à previdência é efetivado seus direitos são garantidos.

No caso das diaristas, ainda segundo o PED, possuem uma situação mais precária, pois como recebem por dia trabalhado, no dia que não puder ir por motivo de doenças ou outras eventualidades, não receberá remuneração. No caso de férias, também não terá direito a esse benefício e ficará sem o rendimento adicional. Além disso, o ritmo de trabalho da diarista tende a ser mais intenso e maior que o das mensalistas, visto que elas tem que dar conta das suas atividades em um único dia de serviço.

2.1.4 Evolução dos direitos dos trabalhadores domésticos

Por se tratar de uma atividade com características próprias, sem finalidade lucrativa, onde seu empregador é uma pessoa física, a legislação que regulamentava a profissão era bastante específica, observando-se limitação dos direitos trabalhistas desses trabalhadores em relação às demais ocupações.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada pelo decreto-lei nº 5.452 em 1943, em que foi unificada toda legislação trabalhista até então existente no Brasil, nada designou sobre os trabalhadores domésticos, constringendo a categoria a ficar sem as proteções legais durante décadas.

De acordo com o Art. 7º, da lei nº 5.452/1943, explicita-se a não aplicação da legislação aos empregados domésticos:

Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas (BRASIL, 1943).

Somente a partir de 1972, com a lei nº 5.859, os trabalhadores domésticos tiveram sua profissão regulamentada, deixando de exercer o trabalho produtivo de forma totalmente desprotegido pela lei. No Art. 4º da referida lei, os trabalhadores foram incluídos entre os segurados da previdência social. Conforme o texto: “Aos empregados domésticos são assegurados os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social na qualidade de segurados obrigatórios” (BRASIL, 1972). Assim, durante este período da consolidação da CLT até a década de 1970, os trabalhadores domésticos não eram considerados como geradores de trabalho produtivo e possuidores de direitos trabalhistas e sociais.

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a categoria dos trabalhadores domésticos, assegurando novos direitos. A nova Carta Magna representou um momento de afirmação para a categoria, pois passaram a ser mais valorizados, além de poder reivindicar seus direitos em caso de violação da legislação.

Porém, não havia ainda a equiparação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos com as demais ocupações, tendo em vista que dos 34 incisos do artigo 7º da Constituição Federal que incluía os trabalhadores domésticos, apenas 9 foram destinados a essa categoria. Entre os direitos conquistados estavam o direito ao salário mínimo, à irredutibilidade salarial, o 13º salário, o repouso semanal remunerado, as férias remuneradas com pelo menos 1/3 do salário normal, à licença maternidade compreendendo cento e vinte dias, à licença paternidade, o aviso prévio e à aposentadoria (BRASIL, 1988).

Para Mattos (2009), a não equiparação dos direitos ocorreu pela própria peculiaridade que caracteriza o trabalho doméstico. Ademais, a proteção dos direitos trabalhistas era destinada aos trabalhadores assalariados formais. Ou seja, para aqueles que vendiam seu trabalho para o mercado em uma atividade que não fosse desfrutada imediatamente pelo patrão, o que não era a realidade do trabalho doméstico, visto que é uma atividade remunerada, porém é utilizada pelo patrão e não oferece lucro para o mesmo.

Em 2001, com a lei nº 10.208, após exaustivas discussões na sociedade, novas conquistas foram registradas no âmbito do trabalho doméstico, sendo ampliados seus direitos

como a contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro desemprego, porém com caráter facultativo por parte do patrão. Como era voluntário, a maior parte dos empregadores preferia optar pela não contribuição (BRASIL, 2001).

Com a Emenda Constitucional nº 72/13, que promoveu uma alteração no art. 7º da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Antes desta Emenda, apenas 9 incisos dos 34 existentes indicava benefício aos trabalhadores domésticos, sendo ampliados os direitos da categoria na medida em que foram incluídos mais 16 incisos que visavam a garantia de direitos para os trabalhadores domésticos (BRASIL, 2013).

Dentre os incisos presentes no artigo 7º da Constituição Federal, destinados aos trabalhadores domésticos, bem como sua integração a previdência social, destacam-se:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)
- XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)
- XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço | 73 a mais do que o salário normal;
- XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIV - aposentadoria;
- XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
- XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (BRASIL, 2013).

Dos direitos em vigor acima citados, ressalta-se alguns desses mais detalhadamente a seguir:

a) Seguro- Desemprego

Este é um benefício garantido aos empregados domésticos que são dispensados da sua atividade sem justa causa. A concessão do mesmo só é liberada caso haja a comprovação da dispensa do trabalhador doméstico sem justa causa. Após confirmada a dispensa o empregado doméstico terá direito ao recebimento, em valor monetário de três parcelas mensais, cada uma referente a um salário mínimo.

Esse direito é fundamental para os empregados domésticos, pois estes terão uma oportunidade, ou seja um tempo acrescido para conseguir um novo trabalho, servindo assim como uma assistência financeira, não ficando o empregado doméstico desamparado financeiramente, podendo manter suas necessidades básicas vitais.

Este benefício resulta de uma maior regulamentação ao longo do tempo, tendo em vista que antes da mudança das regras, como o direito ao FGTS, o seguro-desemprego era tido como facultativo, poucos tinham acesso a esse direito. Como hoje é obrigatório, o recolhimento do FGTS torna-se mais fácil para o empregado doméstico sua obtenção.

b) Salário-Mínimo

Pode-se dizer que o salário-mínimo é a menor remuneração que a lei permite que o empregador remunere seus empregados, pela realização das suas atividades.

Este direito constitucionalmente reconhecido tem grande importância para todos os trabalhadores, especialmente, os trabalhadores domésticos, pelas características peculiares deste segmento, que antes da lei era baseado em acordos mais benéficos para os empregadores e os trabalhadores acabavam se submetendo por não terem outras oportunidades. Porém, com a lei não há como fazer acordos em que haverá benefícios apenas para uma das partes ou a

possibilidade de salário inferior. Caso isso ocorra, torna-se ilegal a contratação, sendo passível de punições. Portanto, seu valor deverá ser aquele conforme previsto na constituição federal, capaz de atender as condições vitais dos trabalhadores e de suas famílias. Por outro lado, pesquisas demonstram que o valor recebido efetivamente não chega a ser suficiente, não satisfazendo, muitas vezes, as questões vitais dos trabalhadores e dos seus respectivos familiares.

c) Décimo terceiro salário

Esta é uma remuneração que o empregado doméstico passou a ter direito com base na sua remuneração integral e é um benefício concedido anualmente em duas parcelas.

Esta remuneração apresenta grande valia para os trabalhadores domésticos, pois é o momento em que eles podem desfrutar de algo que estavam almejando e que com seu salário fixo não daria pra adquirir.

d) Remuneração do trabalho noturno

A remuneração do trabalho noturno é correspondente ao pagamento aditivo aos empregados domésticos que trabalham durante o período noturno. De acordo com a Lei Complementar N° 150, de 2015, no seu Art. 14 é considerado trabalho noturno aquele que é realizado no período a partir de 22 horas de um dia e 5 horas do dia posterior.

Esta remuneração deve ser superior a remuneração diurna, garantida pela referida Lei Complementar. Antes dessa lei os trabalhadores passavam a noite em serviço, mas não tinham garantias de serem remunerados pelo adicional noturno. Este direito veio para compensá-los pelo desgaste de passar a noite acordado em serviço, quando poderia estar em sua residência descansando.

e) Gozo de férias anuais

O gozo de férias anuais é um benefício garantido aos empregados domésticos que poderão anualmente usufruir de um período de férias sem prejuízo do seu salário. Ocorreu uma extensão deste benefício, pois antes os empregados domésticos possuíam apenas 20 dias de férias. Com as alterações feitas no direito trabalhista, os empregados domésticos têm direito a

férias anuais agora de 30 dias, com pelo menos 1/3 a mais que seu salário normal, após o período de 12 meses de serviço prestado a mesma pessoa ou família.

Este benefício é fundamental para os trabalhadores domésticos, pois como seu trabalho é exaustivo, bastante repetitivo, torna-se natural o cansaço, o estresse e a fragilidade da saúde. Com a garantia às férias eles tem a possibilidade de poder descansar, cuidar da sua saúde, viajar e realizar aquilo que nunca tinha tempo por estar trabalhando.

f) Licença- gestante

A licença gestante é um benefício de caráter previdenciário destinado a empregada doméstica gestante com licença remunerada de 120 dias.

Antes da lei complementar nº150/2015 era comum as empregadas domésticas serem demitidas por simplesmente estarem grávidas. Com a lei, a empregada doméstica tem o direito a licença- gestante, sem prejuízo do emprego e do seu salário com duração de 120 dias. Durante esse período de licença, a empregada doméstica receberá diretamente da previdência social o valor corresponde ao da sua última remuneração e também tem direito a se ausentar para fazer exames e consultas. Como é um serviço que exige esforço físico constante, como já mencionado anteriormente, torna-se fundamental esta licença, pois permitirá que a mesma receba uma avaliação sobre as condições de continuar exercendo o seu trabalho, ou que se afaste temporariamente por motivo de riscos à saúde da mãe e do bebê.

É um direito que a empregada poderá repousar 120 dias sem a preocupação de perder seu emprego e seu salário, dando-lhe a possibilidade de se recuperar do período pós-parto e dedicar-se ao seu filho recém-nascido.

g) Aposentadoria

Para o empregado doméstico ter acesso a aposentadoria é necessário a formalização da sua relação de trabalho, ou seja, sua carteira de trabalho deve estar assinada. Desse modo, fica comprovado o tempo de serviço e o valor do rendimento recebido pelos empregados domésticos. Quando há essa formalização, a contribuição para a previdência é automática. Se essa formalização não existir, para o empregado doméstico ter acesso a aposentadoria, torna-se indispensável sua inscrição na Previdência Social como contribuinte individual.

O empregado doméstico segue os mesmos critérios dos demais trabalhadores. De acordo com a Lei nº 8.213/2013, os critérios da aposentaria são: por idade, por tempo de contribuição e por invalidez.

Para o empregado doméstico ter direito a esse benefício, se o segurado for homem tem que ter 65 anos de idade e se for mulher deve ter 60 anos de idade. No que diz respeito a aposentadoria por invalidez é direito do empregado doméstico que tenha realizado no mínimo 180 contribuições mensais à previdência. Torna-se necessário um exame médico-pericial a cargo do INSS para constatar a incapacidade da realização das atividades. No entanto, a aposentadoria por tempo de contribuição é um direito aos trabalhadores domésticos que tenham feito o pagamento mensal a previdência social durante 35 anos quando homem e 30 anos quando mulher.

A aposentadoria torna-se importante para os trabalhadores domésticos pois poderão ter um descanso no futuro como qualquer outro trabalhador. Como já foi mencionado nos tópicos anteriores, este é um tipo de serviço que exige esforço físico, repetitivo e constante. Chegará um dia que o corpo pedirá descanso, não havendo assim a possibilidade de manterem o mesmo ritmo de trabalho que antes. A aposentadoria permitirá que fiquem protegidos e mantenham seu padrão de vida quando não mais estiverem conseguindo realizar suas atividades.

Verificamos avanços significativos na legislação. Mesmo que tenham ocorrido tardiamente em relação aos direitos dos demais empregados assalariados, os trabalhadores domésticos têm a possibilidade de terem garantidos seus direitos trabalhistas, resultado também da luta e da mudança de valores culturais, econômicos e sociais. Por outro lado, a conquista de direitos também implica no cumprimento de deveres junto ao empregador. Desse ponto de vista, não se trata de mudanças apenas técnicas e legais, mas de valores, tendo em vista que aquela relação que antes era compreendida como uma relação pessoal e familiar na realização de uma atividade não reconhecida como produtiva, passou a ser encarada como relação de trabalho profissional, realizada entre empregadores e empregados.

O avanço da legislação para a garantia de direitos aos trabalhadores domésticos também apresenta conflitos e discussões na sociedade. Um dos temas mais polêmicos sobre a questão envolve a consideração do aumento dos custos com as obrigações trabalhistas atribuídas aos patrões. Como esta é uma atividade específica e os domicílios na condição de empregadores geralmente demandam poucos trabalhadores, custos trabalhistas com o trabalho formal afetam de forma considerável o empregador e o orçamento das famílias.

Alega-se que muitos domicílios farão a opção por contratar diaristas com a intenção de reduzir os custos do recolhimento dos direitos trabalhistas do empregado formal. É provável

que este mercado passe por uma fase de adaptação com a aplicação e fiscalização da legislação que protege o trabalho doméstico. E como em toda transição, também é possível que algumas unidades domiciliares dispensem empregados, enquanto outras regulamentem a situação de seus funcionários.

Os próximos anos serão fundamentais para se observar a adaptação entre patrões e empregados. Contudo, espera-se que a legislação trabalhista venha garantir direitos e retirar milhares de trabalhadores da situação de informalidade e precariedade no trabalho, como reflexo do amadurecimento da sociedade para atender os fundamentos do trabalho decente e digno e, sobretudo, para o reconhecimento de uma categoria de trabalhadores enquanto realizadores de trabalho produtivo.

3 METODOLOGIA

A monografia tem o objetivo de investigar as condições de inserção da mulher no mercado de trabalho abordando, em especial, a dimensão do trabalho doméstico no município de João Pessoa-PB.

Este estudo foi motivado pelo interesse sobre a problemática enfrentada pelas mulheres em suas buscas por inserção profissional. Os debates em sala de aula sobre o tema, minha experiência teórica ao longo do curso e a possibilidade de observar a realidade das trabalhadoras domésticas, através dos projetos de extensão, intensificaram meu desejo de aprofundar mais essa questão no trabalho de monografia.

Através dos projetos de extensão tive a oportunidade de conhecer a realidade das mulheres, com seus dilemas vivenciados entre os espaços do trabalho, da família e da sociedade, enfrentados pela maioria delas, o que permitiu identificar essa problemática com mais propriedade.

As desigualdades existentes nas relações de trabalho e de gênero, além da presença expressiva das mulheres no trabalho doméstico, são elementos suficientes para constituírem questões sociais e econômicas relevantes. O trabalho doméstico ainda é uma ocupação produtiva considerada precarizada e informal para uma importante parcela de mulheres no Brasil. Identificar esta situação foi o que deu maior impulso a pesquisa, estimulando assim o desejo de melhorar a compreensão sobre este fenômeno.

O espaço escolhido para abordagem do tema da pesquisa foi o município de João Pessoa, tendo em vista que, apesar de ser a capital e a cidade mais desenvolvida do estado, ainda apresenta uma concentração importante de mulheres ocupadas no trabalho doméstico, carecendo de estudos locais que tragam contribuições para se compreender as particularidades dessa atividade. O trabalho poderá contribuir para aprofundar as discussões do tema no meio acadêmico, no âmbito da representação dessa categoria de trabalho e na sociedade de modo geral, possibilitando maior visibilidade para um público carente de atenção, tanto por parte da legislação quanto por parte da sociedade.

Esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, quantitativa, descritiva e qualitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é aquela realizada com base em matérias, documentos já elaborados, que se constitui em livros e artigos científicos. As pesquisas bibliográficas fazem uso de fontes secundárias como livros e outros documentos, podendo ser um trabalho independente ou constituir passo inicial de outras pesquisas (ASSIS, 2009).

Neste sentido, a presente pesquisa é considerada bibliográfica porque faz uso das contribuições de diversos autores que abordam o tema em estudo.

Também é considerado estudo quantitativo por se utilizar de dados secundários com o fim de caracterizar e ilustrar o mercado de trabalho no município de João Pessoa. Foi organizado um banco de dados a partir de variáveis selecionadas no IBGE, com o objetivo de caracterizar as condições da mulher no trabalho quanto a população ocupada, anos de estudo, faixa etária, ocupações, rendimento e contribuição para o instituto de previdência permitindo, assim, observar o perfil socioeconômico dos empregados domésticos. Nesta etapa, a pesquisa foi de cunho descritivo porque expôs um conjunto de dados sobre a condição da mulher no trabalho doméstico pessoense, utilizando recursos como gráficos e tabelas para tornar as informações mais acessíveis e didáticas.

Os dados secundários analisados durante a realização do estudo podem ser encontrados na página virtual do banco de dados do IBGE, seguindo a metodologia construída por este instituto de pesquisa. De acordo com o IBGE, considera-se “população ocupada” as pessoas que, durante a semana de realização da pesquisa, declararam estar trabalhando e sendo remuneradas por este trabalho. Já para a análise da variável “anos de estudo”, só são consideradas as pessoas que declararam a série escolar que estavam frequentando ou que havia frequentado. Cada série declarada concluída pela pessoa respondente, corresponde a um ano de estudo. Em relação a variável “contribuição para o instituto da previdência”, estão incluídas as pessoas que contribuíram para a previdência social na semana em que a pesquisa foi realizada. No tocante ao “rendimento”, considera-se a remuneração bruta que o trabalhador recebe mensalmente por direito no trabalho.

Além disso, foi utilizada a pesquisa direta de campo e a análise qualitativa das informações. De acordo com Minayo (2010), o método qualitativo se aplica em diversas situações, desde o estudo da história, das crenças, até o das percepções e opiniões dos humanos. Ainda de acordo com a autora, o método qualitativo possibilita a exposição das relações sociais, pouco conhecidas entre grupos particulares, a construção de novos questionamentos, a revisão e criação de novos conceitos e categorias durante o processo de investigação. Também é utilizado na construção de novas hipóteses e indicadores qualitativos. É um método que pode nortear resultados bastante significativos sobre a realidade social.

A seleção deste método se deu pela possibilidade de conhecimento que o mesmo propicia, como interpretar como as pessoas vivem, constroem suas relações sociais e a si mesmas, pensam e sentem. No caso dessa monografia, o objetivo não é a criação de novos

conceitos, mas uma melhor compreensão do tema em estudo, através das percepções dos participantes da pesquisa.

A pesquisa qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas diretas com algumas empregadas domésticas e com membros do corpo gestor do sindicato dos trabalhadores domésticos de João Pessoa, com a finalidade de extrair elementos mais subjetivos acerca do tema investigado, totalizando 15 entrevistas.

O roteiro da entrevista utilizado foi o semi-estruturado. De acordo com Minayo (2010), este tipo de roteiro deve desdobrar os vários elementos considerados essenciais e suficientes em tópicos. Também deve ser construído de modo que permita flexibilidade nas conversas e absorção de novos temas e questões que venham surgir. Dessa forma, foi utilizado um roteiro com questões abertas e fechadas que trataram das condições de trabalho do público envolvido, onde permitiu ao entrevistado falar mais livremente sobre seu ponto de vista acerca do tema em discussão.

A pesquisa de campo é uma etapa primordial da pesquisa qualitativa, onde o contato entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas são essenciais (MINAYO, 2010). Foi realizada no Município de João Pessoa-PB, junto à trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas, a partir das indicações do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município de João Pessoa-PB. A pesquisa de campo realizada neste trabalho tem como interesse principal a análise qualitativa das informações, tendo em vista a complexidade do tema e a dificuldade de acesso e disponibilidade dos trabalhadores domésticos. Desse modo, o número de entrevistas é menos relevante do que as contribuições subjetivas que cada entrevistado pode oferecer, sendo esta a principal diferença estabelecida com a pesquisa meramente quantitativa.

Para a realização da pesquisa de campo foram realizados contatos anteriores com as dirigentes do sindicato das trabalhadoras domésticas, com visitas realizadas no próprio sindicato, localizado no bairro do Varadouro, no centro da cidade, mais especificamente em uma sala cedida pelo sindicato da construção civil. De início, não foi estabelecida a quantidade de entrevistadas, tendo em vista a dificuldade delas encontrar tempo disponível e, também, pelo fato da pesquisa qualitativa valorizar mais o conteúdo das falas do que o número de entrevistas. Assim, foram realizadas 15 entrevistas, sendo 13 trabalhadoras domésticas, tendo como critério estar exercendo no momento a profissão de doméstica. Das 13 trabalhadoras domésticas, 9 são mensalistas e 4 diaristas. Também participou da entrevista a presidente do sindicato dos trabalhadores domésticos e a vice-presidente, totalizando, desse modo, as 15 entrevistas. Vale ressaltar que foram construídos dois roteiros de entrevistas, um para as trabalhadoras domésticas e outro para as representantes sindicais (Disponível no apêndice). Durante o mês de

março de 2017 foram agendados os encontros por meio de telefone com as trabalhadoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Finalmente, chegou o momento das entrevistas, que se deu no início de março até meados de abril de 2017, das 13 trabalhadoras domésticas, apenas uma utilizou o próprio sindicato para a realização da entrevista, no seu horário livre. As demais preferiram suas próprias residências como locais de pesquisa, primando pela disponibilidade, seu conforto e sua privacidade. As entrevistas foram realizadas durante os finais de semana, sábado e domingo pela parte da tarde, tendo em vista que era o único momento livre das trabalhadoras domésticas na semana, em virtude da jornada de trabalho ser na maioria dos casos de segunda a sábado. O tempo de duração das entrevistas ficou em torno de 20 a 40 minutos. Todas as entrevistas foram registradas através de um celular gravador, com consentimento das trabalhadoras domésticas participantes. O consentimento para a gravação foi solicitado a todas que concordaram em participar da pesquisa.

As trabalhadoras domésticas, participantes da pesquisa, foram informadas com objetividade e clareza antes do início da atividade sobre todo o procedimento e teor do estudo e das entrevistas antes das gravações. Do mesmo modo, foram devidamente esclarecidas sobre a preservação de suas identidades, garantindo o anonimato das informações. Para dar mais suavidade ao texto e as análises, optamos pela identificação das mesmas por codinomes de princesas.

As categorias escolhidas para a pesquisa direta de campo, por meio de entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, tendo como público alvo as trabalhadoras domésticas, foram as seguintes: (in) formalização, direitos sociais, condições de trabalho e rendimento.

As informações coletadas na pesquisa direta de campo foram organizadas por categoria e analisadas qualitativamente, caracterizando as condições do trabalho doméstico no município de João Pessoa, considerando os avanços legais dessa ocupação, mas também as dificuldades ainda enfrentadas no âmbito subjetivo da inserção da mulher no mercado de trabalho.

3.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Essas foram as trabalhadoras domésticas que tornaram possível a realização desta pesquisa sobre a condição da mulher no trabalho do doméstico em João Pessoa.

- a) **Andrina** - negra, possui o ensino médio incompleto, mãe de 3 filhos. Nasceu em João Pessoa-PB. Presidente do Sindicato das trabalhadoras domésticas de João Pessoa.
- b) **Adella** - com 52 anos, negra, filha de pai operário de fábrica e mãe empregada doméstica, separada, no momento possui um companheiro, possui o ensino médio incompleto, mãe de 2 filhos, não possui casa própria, mora com o companheiro. Nasceu em João Pessoa-PB. Vice-presidente do Sindicato das trabalhadoras domésticas de João Pessoa.
- c) **Alice** - com 27 anos, branca, filha de pai cozinheiro e mãe empregada doméstica, separada, estudou até o 9º ano, mãe de 4 filhos, mora atualmente com a mãe, o padrasto e os filhos. Nasceu em João Pessoa- PB. Trabalha como Diarista. Tinha o sonho de ser gastróloga, trabalhar em grandes restaurantes e conhecer o mundo.
- d) **Wendy** - com 44 anos, morena, filha de pais agricultores, separada, estudou até 6º série, mãe de 2 filhos, possui casa própria, mora atualmente com os dois filhos. Nasceu em São José do Belmonte- Pernambuco. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser enfermeira.
- e) **Aurora** - com 53 anos, negra, filha de pais agricultores, casada, estudou até a 8º série, não possui filhos, possui casa própria, mora com o companheiro. Nasceu em Coremas-PB. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de trabalhar em creches com crianças.
- f) **Marian** - com 28 anos, morena clara, filha de pais agricultores, casada, concluiu o ensino médio, não possui filhos, possui casa própria, mora apenas ela e o companheiro. Nasceu em Touros- RN. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser secretária de escritório.
- g) **Ariel** - com 29 anos, morena, filha de pai operador de máquina e mãe empregada doméstica, casada, concluiu o ensino médio, mãe de 1 filha, possui casa própria, mora atualmente com a filha e o esposo. Nasceu em Patos- PB. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser recepcionista.
- h) **Jasmine** - com 48 anos, morena, filha de pais agricultores, casada, estudou até a 4º série, mãe de 1 filha, possui casa própria, mora atualmente com a filha, o esposo, a sogra e um enteado. Nasceu em Lagoa Grande- PE. Trabalha como diarista e tinha o sonho de trabalhar em uma fábrica ou como merendeira.
- i) **Esmeralda** - com 48 anos, morena clara, filha de pais agricultores, solteira, estudou até a 1º série, não possui filhos, possui casa própria, mora sozinha. Nasceu em Salgado de São Félix- PB. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser policial.

- j) **Kiara** - com 49 anos, negra, filha de pais agricultores, casada, concluiu o ensino médio, mãe de uma filha, possui casa própria, mora atualmente com o esposo e a filha. Nasceu em Cajazeiras- PB. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser advogada.
- k) **Jane** - com 56 anos, branca, filha de agricultores, separada, atualmente estuda o 7º ano da EJA, mãe de 3 filhos, possui casa própria, mora atualmente com um filho que se separou recentemente. Nasceu em Duas Estradas- PB. Trabalha como diarista e não tinha em mente qual outra profissão seguiria, caso não fosse trabalhadora doméstica, respondeu ela: “Danousse ... trabalhava na roça, teria ficado por lá”.
- l) **Mérida** - com 48 anos, morena, filha de agricultores, casada, estava cursando o EJA em 2016, parou no 4º ano, mãe de 4 filhos, possui casa própria, mora com o esposo. Nasceu em Salgado de São Félix- PB. Trabalha como diarista e caso não fosse doméstica não possuía sonho profissional nenhum, respondeu ela: “Tu acredita que não, nunca tive sonho nenhum... Se tivesse estudado aí eu poderia dizer, eu vou dizer... Eu não tive estudo pra ter outra coisa”.
- m) **Nancy** - com 33 anos, morena, filha de agricultores, solteira, estudou até o 9º ano, não possui filhos, não possui casa própria, mora com a patroa. Nasceu em Coremas- PB. Trabalha como mensalista e tinha o sonho de ser babá. Vê essa profissão diferente da de empregada doméstica.
- n) **Tiana** – com 21 anos, parda, filha de pai servente de pedreiro e mãe empregada doméstica, casada, estudou até a 7ª série, não possui filhos, não possui casa própria, mora com o esposo em um quartinho atrás da casa dos pais. Nasceu em Paulo Afonso- BA. Trabalha como mensalista e não tinha sonho profissional, caso não fosse trabalhadora doméstica, respondeu ela “[...] nenhuma, não queria trabalhar, pretendia fazer nada, só ficar em casa comendo e assistindo”.
- o) **Charlotte** - com 43 anos, negra, filha de pai vigilante e mãe lavadeira, divorciada, no momento possui um companheiro, concluiu o ensino médio, mãe de 2 filhos, possui casa própria, mora com o companheiro e uma filha. Nasceu em Belém de Caiçara-PB. Trabalha como Mensalista e tinha o sonho de ser psicóloga ou assistente social, se fosse a nível superior; a nível médio queria ser costureira.

4 AS CONDIÇÕES DO TRABALHO FEMININO E DOMÉSTICO EM JOÃO PESSOA

Este capítulo tem por objetivo caracterizar, através de indicadores selecionados, as condições da mulher no trabalho doméstico no município de João Pessoa-Paraíba.

4.1 OCUPAÇÕES, TRABALHO E RENDIMENTO

A história das conquistas das mulheres por um espaço digno de trabalho intensificou-se no século XX, conforme apresentado na fundamentação teórica deste trabalho. Pode-se dizer que elas vêm ampliando significativamente seu espaço no mercado de trabalho.

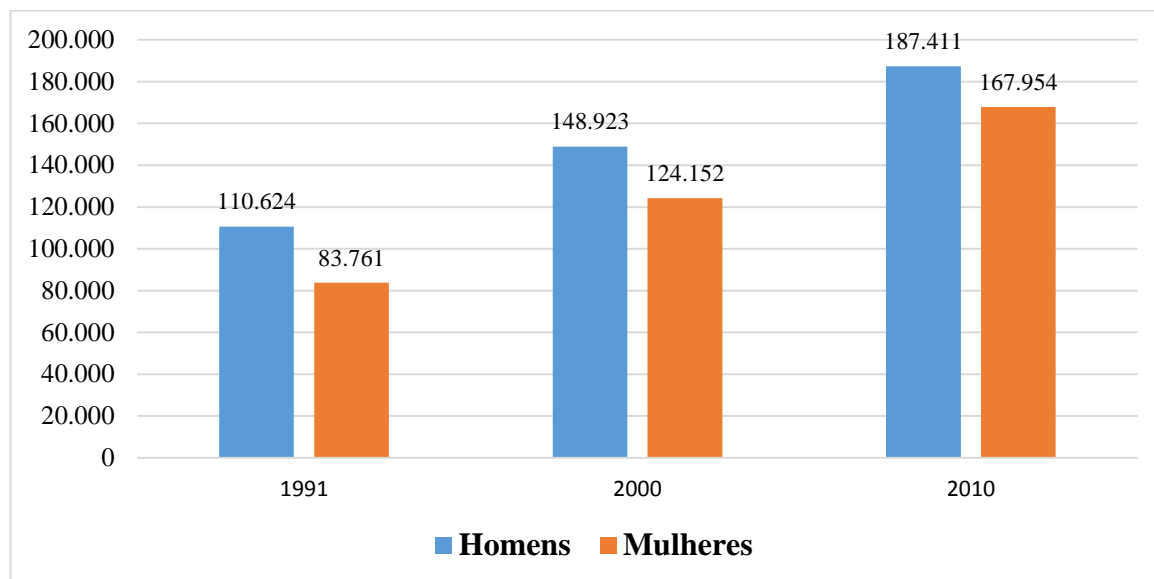
A caracterização mais objetiva da participação das mulheres no mercado de trabalho pode ser construída por meio das pesquisas econômicas. Um indicador capaz de demonstrar essa realidade é o da População Economicamente Ativa² em uma localidade. Através deste pode-se verificar a população que se encontra disponível para adentrar no mercado de trabalho, sendo possível mensurar a população feminina que se encontra ocupada ou que está à procura de uma ocupação.

Verifica-se, no Gráfico 1 abaixo, que houve um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho de João Pessoa durante todos os períodos analisados, onde as mulheres saíram da faixa de 83.761 mil para 167.954 mil disponíveis para o mercado de trabalho pessoense, o que corresponde a uma taxa de crescimento em torno de 100,5%. Já no estado da Paraíba, as mulheres saíram da faixa de 330.651 mil para 667.760 mil, correspondendo a uma taxa de crescimento 101,9%. Diversos fatores podem ter contribuído para este crescimento, como as mudanças verificadas na estrutura econômica da sociedade capitalista, o que tornou necessário o complemento da renda familiar com o trabalho feminino.

Além disso, outros fatores se destacam, como a busca das mulheres pela emancipação e maior autonomia, a realização profissional e pessoal, a redução no número de filhos e também sua dedicação para aumentar o nível de instrução. São fatores históricos, econômicos, sociais e culturais que dão abertura a esta possibilidade de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

² De acordo com o IBGE, no Censo Demográfico, a População Economicamente Ativa compreende as pessoas entre 10 e 65 anos que tinham ou estavam à procura de um trabalho na semana de referência da pesquisa, ou aquelas que não estavam ocupadas mas que também não procuraram emprego. IBGE, 2016.

GRÁFICO 1: João Pessoa - População economicamente ativa por sexo em número de pessoas (1991, 2000 e 2010) – números absolutos



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaborado pelo autor, 2017.

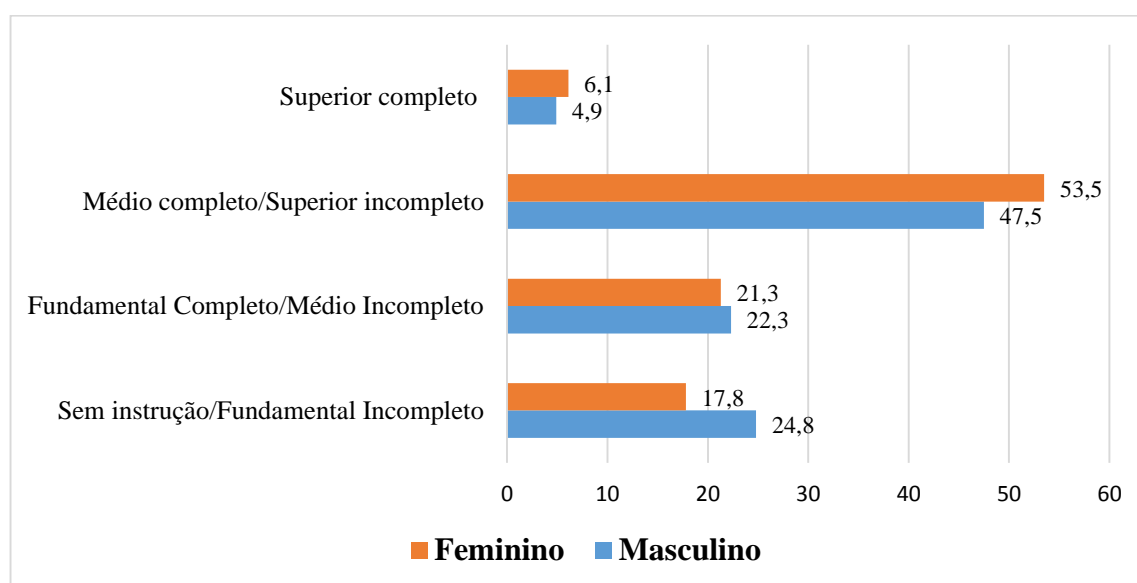
Outro indicador importante a ser estudado é o que demonstra o nível de instrução da população economicamente ativa. O nível de instrução das pessoas pode influenciar e indicar quais serão as possibilidades de adentrarem em ocupações com melhores condições sociais, com melhor remuneração, com uma jornada de trabalho flexível, além das desigualdades salariais em relação aos sexos. Pesquisas mostram que quanto maior o nível de instrução de uma pessoa, maiores são as chances de conseguirem um bom emprego e aumentar o nível de renda.

Percebe-se que as mulheres se destacam frente aos homens com maior nível de instrução, especificamente, no ensino médio completo e superior completo. Na Paraíba, 54,9% das mulheres possuíam ensino médio completo frente a 40,6% dos homens, e no ensino superior completo as mulheres ficam na faixa de 4,3%, enquanto os homens são apenas 2,6% (IBGE, 2017).

De acordo com o Gráfico 2 abaixo, a realidade para João Pessoa não se mostra muito diferente daquela encontrada no estado com a tendência das mulheres apresentarem maior nível de instrução, embora na capital paraibana a distância entre homens e mulheres quanto ao nível de instrução seja mais acentuada. No ensino médio completo as mulheres estão à frente dos homens 6 pontos percentuais com 53,50%, e no superior completo as mulheres ficam a frente com 6,10%, enquanto que os homens totaliza apenas 4,90%.

Os dados revelam que as mulheres têm se dedicado mais nos estudos. Curiosamente, os homens são maioria até o ensino fundamental completo e médio incompleto, havendo inversão nos níveis superiores de instrução. Um fator que pode explicar a maior permanência das mulheres na sala de aula é o fato dos homens serem pressionados para entrar no mercado de trabalho mais cedo, o que pode contribuir para o abandono precoce dos estudos. Com a exigência de provedor familiar, os homens acabam se sentindo pressionados a sair para trabalhar mais cedo que as mulheres, tendo assim que deixar seus estudos em segundo plano ou até abandoná-los de vez, enquanto as mulheres sofrem menos com esta pressão, já que, culturalmente, a hierarquia social atribui a função da reprodução e cuidados familiares a mulher, apesar das mudanças ocorridas recentemente na estrutura tradicional das famílias brasileiras.

GRÁFICO 2: João Pessoa - População de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo - 2010 (%)



Fonte: Portal ODM. Elaborado pelo autor, 2017.

Apesar das mulheres se dedicarem mais aos estudos e de todo avanço alcançado por elas em relação ao seu nível salarial, verifica-se que a desigualdade salarial ainda é persistente entre os sexos. As mulheres continuam a ganhar rendimentos menores que os dos homens, mesmo possuindo o mesmo nível de instrução.

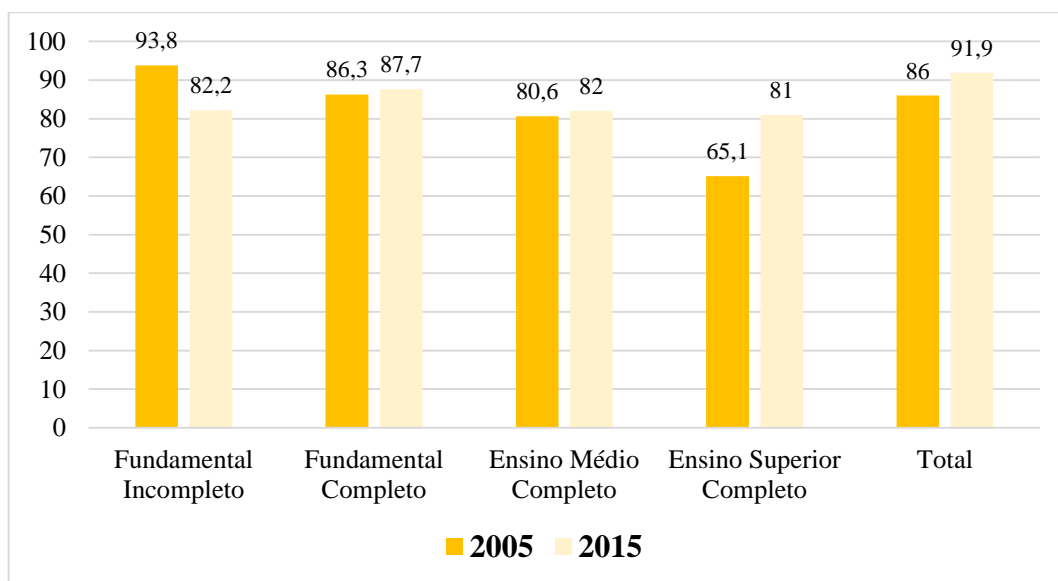
O Gráfico 3 a seguir demonstra bem essa realidade. Em João Pessoa, para ambos os sexos no ensino superior, as mulheres ganham em torno de 81% do salário dos homens. Na comparação do ano de 2015 com 2005 registraram-se importantes avanços em todos os níveis de instrução, com exceção do “ensino fundamental incompleto”, em que apresentou queda de 11,6 pontos percentuais do salário recebido pelas mulheres em relação ao salário dos homens.

De todo modo, é importante ressaltar que no espaço de 10 anos a remuneração de homens e mulheres tem se aproximado mais. Considerando o estado da Paraíba para ambos os sexos possuindo ensino superior completo, as mulheres ganham cerca de 72,3% do salário dos homens (PORTAL ODM, 2017).

Uma possível explicação para a permanência da desigualdade de renda entre homens e mulheres é o fato delas ainda ocuparem espaços de trabalho menos valorizados, mais precários e informais. Além disso, não é somente o nível de instrução que explica essa diferença salarial mas, também, fatores mais subjetivos como a cultura e a discriminação herdada historicamente pelas funções ocupadas pelas mulheres e expressada pelo próprio mercado de trabalho.

Porém, vale ressaltar que quanto maior o nível de instrução de ambos os sexos, maior a possibilidade de redução dessa diferença salarial.

GRÁFICO 3: João Pessoa- Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo ocupação formal e escolarização- 2005/2015 (%)



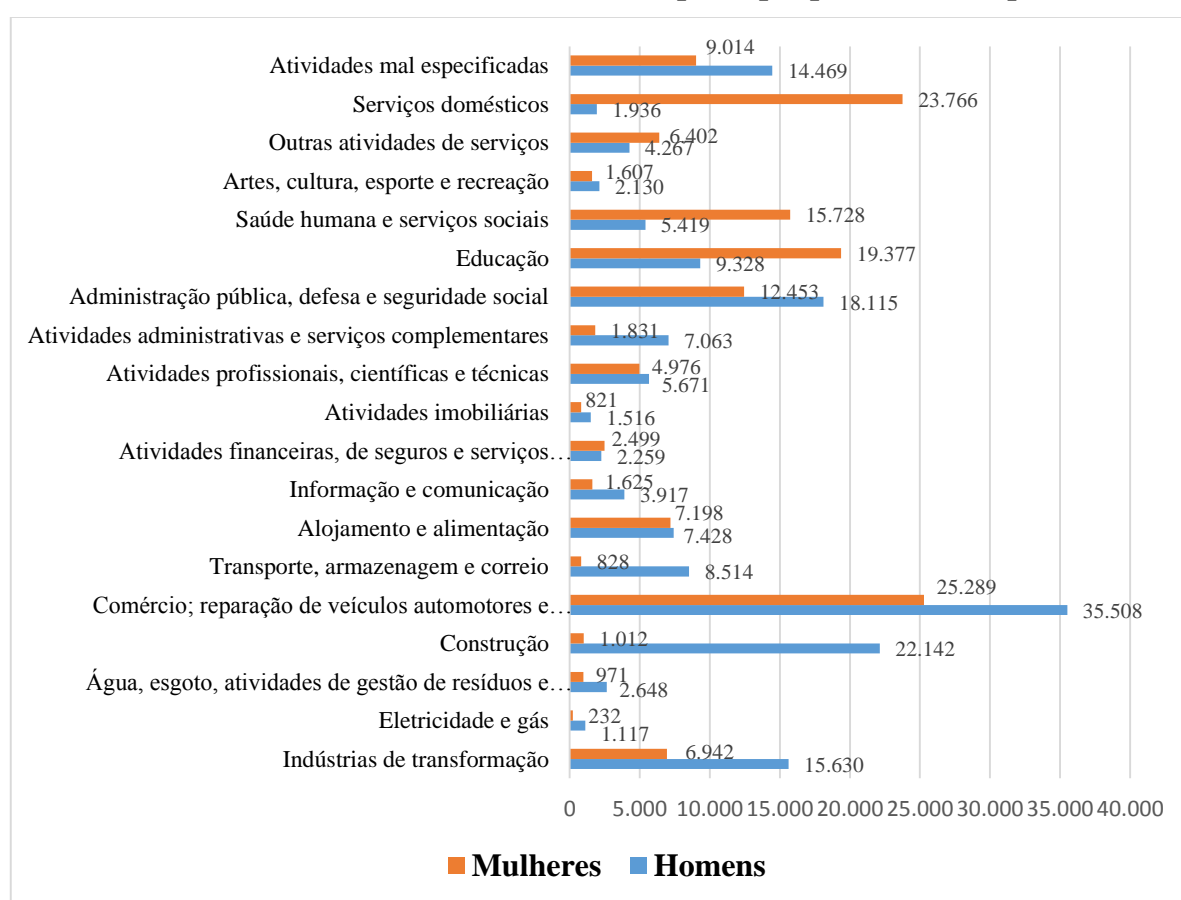
Fonte: Portal ODM. Elaborado pelo autor, 2017.

Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, observa-se que sua inserção está fortemente presente em determinadas áreas, como nas atividades domésticas e de cuidado, educação e saúde, ou seja, elas permanecem concentradas em setores que eram tradicionalmente ocupados pelas gerações anteriores. O Gráfico 4 a seguir evidencia esta tendência em João Pessoa, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, onde se encontra uma maior parcela de mulheres nestes segmentos (educação, saúde e serviços domésticos). Do

total das mulheres ocupadas em João Pessoa, 13,5% estão no setor de educação, 11% estão na área da saúde e 16,63% em serviços domésticos.

Na comparação com o estado da Paraíba, do total das mulheres ocupadas 16,13% estão em educação, 7,89% estão na área da saúde e 17,48% em serviços domésticos. Destaca-se, principalmente, o segmento dos serviços domésticos, mostrando que é uma atividade que concentra uma maior parte da população feminina, talvez por decorrer de habilidades culturalmente femininas e pela não exigência de qualificação elevada (IBGE, 2017).

GRÁFICO 4: João Pessoa - Pessoas³ no trabalho principal por sexo - Mil pessoas (2010)



Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaborado pelo autor, 2017.

Apesar dos fatores já mencionados como o aumento da participação das mulheres na população economicamente ativa e sua maior dedicação aos estudos, as mulheres ainda encontram muita dificuldade para ingressar de fato no mercado de trabalho, expondo o problema da desigualdade no âmbito do trabalho como uma questão social persistente.

³ Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência do IBGE.

A Tabela 1 abaixo apresenta a distribuição das pessoas ocupadas e a condição de contribuição para a previdência social oficial para o ano de 2010. Percebe-se que, no município de João Pessoa, o maior número de empregados são homens com um valor correspondente a 131.186 mil, ou 53% dos empregados, enquanto o número de mulheres empregadas chegou a 117.882 mil, ou cerca de 47% dos empregados, com e sem carteira de trabalho assinada.

No que diz respeito a carteira de trabalho assinada, os homens também se destacam frente as mulheres, são cerca de 82.450 mil homens com carteira de trabalho assinada, enquanto as mulheres alcançam apenas 61.225 mil do total de pessoas com carteira de trabalho assinada, o que revela que parte das mulheres possui contratos atípicos, encontrando-se assim inseridas na precariedade. Verifica-se que, mesmo com a expressiva presença e crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, além de maior nível de instrução em relação aos homens, as mulheres ainda são maioria no trabalho sem carteira de trabalho assinada e sem contribuição para a previdência social, demonstrando a dificuldade que elas têm de adentrarem no mercado de trabalho formal.

Tabela 1: João Pessoa - Pessoas⁴ ocupadas na semana de referência no trabalho principal, segundo o sexo, a posição na ocupação e contribuição para instituto de previdência oficial em 2010 (número de pessoas)

Situação	Total	Homens	Mulheres
Total ocupados⁵	320.113	173.104	147.009
Empregados (1 + 2 + 3)	249.069	131.186	117.882
1. Empregados - com carteira de trabalho assinada	143.675	82.450	61.225
2. Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	36.974	17.256	19.719
3. Empregados - sem carteira de trabalho assinada	68.420	31.481	36.939
3.1 Empregados - sem carteira de trabalho assinada - contribuintes da previdência	14.574	6.490	8.084
3.2 Empregados - sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes da previdência	53.846	24.991	28.855

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaborado pelo autor, 2017.

⁴ Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência do IBGE.

⁵ Inclui empregados com e sem carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos, empregadores, conta própria e trabalhadores para o próprio consumo.

O trabalho feminino aparece com maior representatividade dentro das pessoas que não possuem carteira de trabalho assinada. Cerca de 36.939 mil mulheres no município de João Pessoa não possui carteira de trabalho assinada, ficando assim sem a garantia de um padrão aceitável de sobrevivência, sem acesso aos direitos trabalhistas como salário mínimo, seguro-desemprego, décimo terceiro salário, férias anuais, entre outros. Ou seja, encontram-se desprotegidas e mais vulneráveis se comparadas aos homens. Estes totalizam, dentro dos sem carteira de trabalho, um valor aproximado a 31.481 mil.

Por outro lado, as mulheres são as que mais contribuem com a previdência social quando não se tem carteira de trabalho assinada, cerca de 8.084 são contribuintes da previdência, enquanto que dos homens 6.409 contribuem.

Na Tabela 2 abaixo é demonstrada a representatividade das mulheres no trabalho doméstico e por conta- própria, trabalhos estes considerados precários e com elevado grau de informalidade.

Tabela 2: João Pessoa - Pessoas⁶ ocupadas na semana de referência no trabalho doméstico e demais atividades, segundo o sexo e contribuição para instituto de previdência oficial em 2010 (em número de pessoas)

Situação	Total	Homens	Mulheres
Empregados - trabalhadores domésticos	26.247	1.990	24.256
Com carteira de trabalho assinada	10.400	1.015	9.385
Sem carteira de trabalho assinada	15.847	975	14.872
Sem carteira de trabalho assinada - contribuintes da previdência	1.310	107	1.203
Sem carteira de trabalho assinada - não contribuintes da previdência	14.537	868	13.669
Conta própria	59.073	35.852	23.220
Contribuintes da previdência	14.410	9.315	5.095
Não contribuintes da previdência	44.663	26.538	18.125
Não remunerados	4.223	1.338	2.885
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	863	462	401

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2010. Elaborado pelo autor, 2017.

⁶ Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência do IBGE.

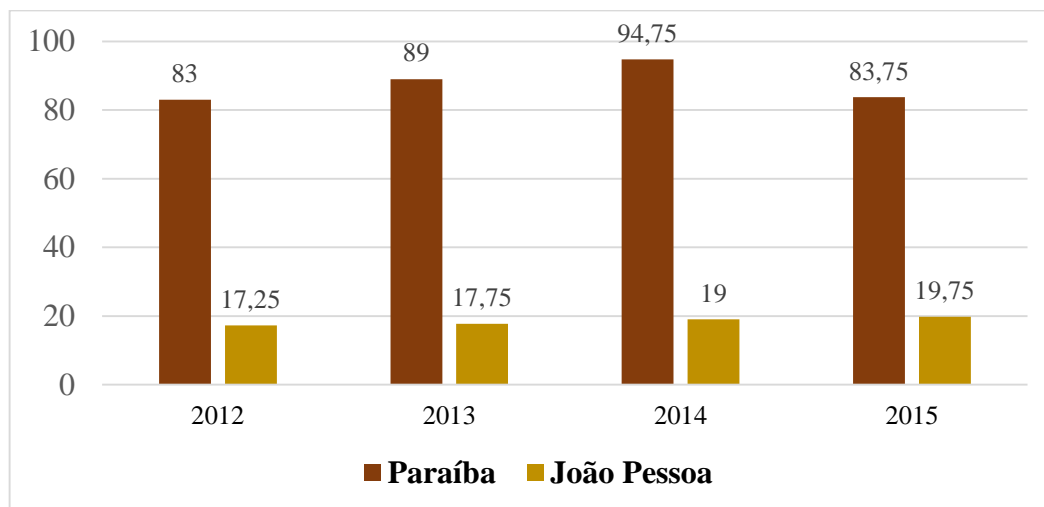
Cerca de 92% dos ocupados como trabalhadores domésticos são mulheres, o que pode estar relacionado a exigência desta atividade requerer habilidades culturalmente femininas e também pelo próprio contexto histórico, onde as mulheres sempre foram responsáveis pela reprodução familiar, o cuidado com a casa, com esposo e filhos, tornando assim a presença das mulheres bastante marcada nesta ocupação. Neste segmento, os homens correspondem a apenas 8% do total de empregados. É uma atividade que, apesar de todo avanço da legislação trabalhista, ainda apresenta um elevado grau de informalidade e precarização.

Quanto a categoria por conta própria, as mulheres representam 39,3% do total de empregados neste segmento, que também é um trabalho mais instável. Nele também se encontram presentes dificuldades marcantes em garantir os direitos trabalhistas. A maioria de homens e de mulheres nesta atividade não contribuem para a previdência social oficial e podem estar expostos a trabalhos precários e mal remunerados.

O Gráfico 5 a seguir demonstra que ocorreu um aumento do número de pessoas ocupadas no trabalho doméstico que se dedicavam a um único domicílio na Paraíba, com ascendência entre 2012 e 2014, o que evidencia ser uma ocupação que vem sendo bastante importante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, tendo em vista que elas são a maioria das pessoas nessa ocupação. Porém, em 2015, percebe-se a ocorrência de uma queda na percentagem de pessoas dedicadas a um único lar. Um elemento que pode explicar a ocorrência deste fenômeno foi a maior fiscalização e ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos, já que em 2015 foi aprovada a lei complementar que regulamentava a emenda constitucional de 2013. Como deve ser considerada a possibilidade de aumento de custos para os empregadores, pode ter ocorrido uma adaptação ou redução da demanda pelo número de dias trabalhados dos empregados domésticos.

Em contraste com a Paraíba, o número de pessoas em um único domicílio em João pessoa no trabalho doméstico, apresentou um crescimento durante o período de 2012 a 2014, porém permaneceu sem grandes alterações para o ano de 2015, com variação em torno de 2 pontos percentuais no período. Esse fato também pode ser explicado como reflexo da aprovação da lei do trabalho doméstico, o que pode ter forçado o cumprimento da legislação por parte dos patrões e mais cobrança por parte dos trabalhadores domésticos, já que tiveram seus direitos reconhecidos, possibilitando um aumento no número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Como se trata da capital do estado, é esperado que haja maior formalização do trabalho doméstico em relação aos demais municípios, embora a exigência do cumprimento da legislação trabalhista não elimine a existência do trabalho informal e precário.

GRÁFICO 5: Paraíba e João Pessoa - Pessoas⁷ ocupadas como trabalhadores domésticos em um único domicílio em Mil pessoas (2012 a 2015)



Fonte: PNAD Contínua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

O outro segmento abarcado pelo trabalho doméstico é o das diaristas, modalidade crescente de trabalho que vem sendo observado dentro da dimensão do trabalho doméstico.

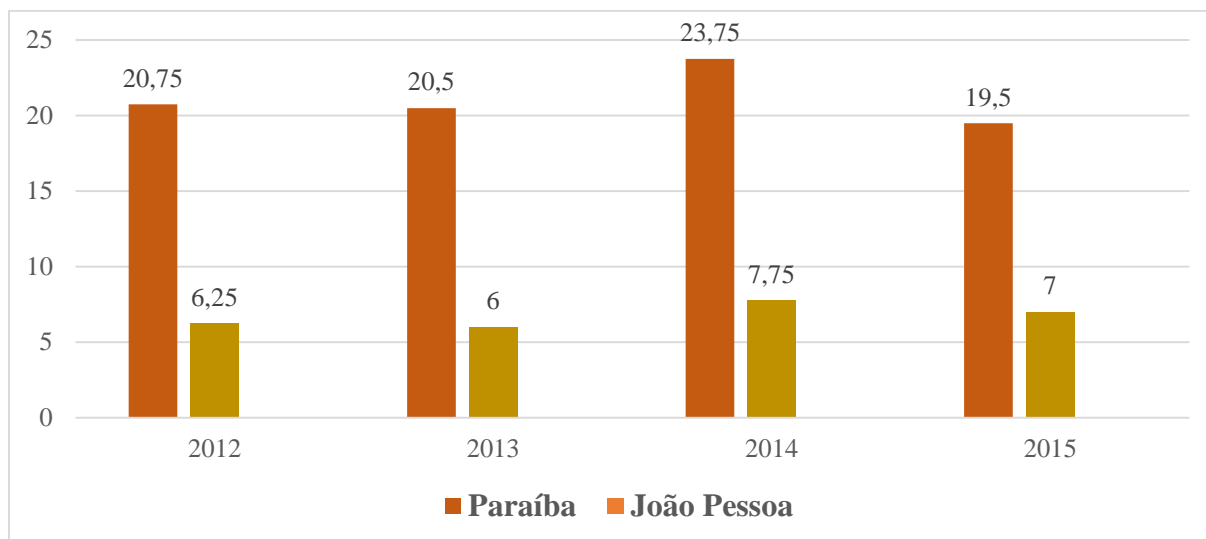
O trabalho das diaristas compreende as pessoas que trabalham de forma remunerada por um dia de trabalho ou por uma jornada preestabelecida que se realiza em um domicílio diferente do seu. Configura-se como um trabalho exaustivo, em razão do trabalhador ter que dar conta de muitas obrigações no domicílio em um único dia. Este segmento tem como característica, na maioria, a informalidade, visto que não é da responsabilidade do patrão assegurar os direitos das diaristas. A proteção e os direitos oriundos do trabalho ampararam-se na iniciativa do trabalhador em contribuir com a previdência social e a assistência à saúde, se assim o desejar, o que explicita a condição de autônomo ocupada pelo trabalhador.

Tanto na Paraíba quanto em João Pessoa, através do Gráfico 6, percebe-se uma ascensão do número de diaristas entre 2012 e 2014, com queda mais acentuada para ano de 2015, de acordo com os dados da PNAD Contínua, o que pode dar pistas para algumas situações possíveis: 1. A crescente formalização do trabalho doméstico dentro do Estado e no município de João Pessoa, com maior número de pessoas com carteira de trabalho assinada; 2. Migração daqueles ocupados no trabalho doméstico para outras atividades; 3. Aumento do tempo de estudo e do nível de instrução possibilitando a inserção em outras ocupações; e, 4. Os reflexos

⁷ Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência com base na pesquisa do IBGE. As PNADs são obtidas em períodos trimestrais. Para os dados do gráfico foram calculadas as médias anuais.

da crise econômica que estamos vivenciando com mais intensidade a partir de 2014, o que acaba por causar impactos negativos nas ocupações produtivas.

GRÁFICO 6: Paraíba e João Pessoa- Pessoas⁸ ocupadas como trabalhadores domésticos em mais de um domicílio - Mil pessoas (2012-2015)



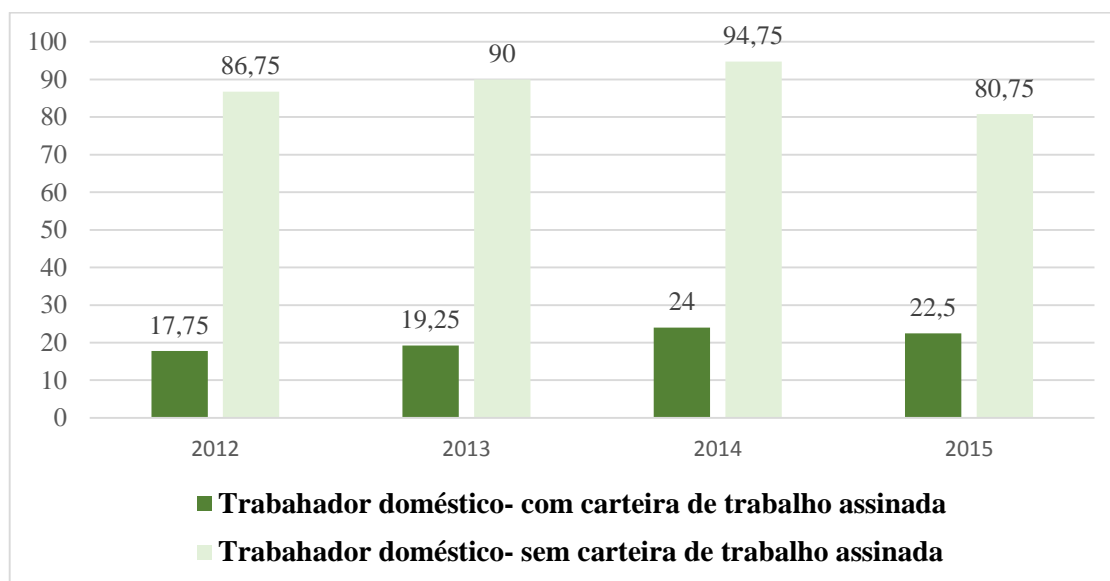
Fonte: PNAD Contínua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

Um outro elemento que se torna evidente no trabalho doméstico é o seu alto grau de informalidade e precariedade. Apesar de todo aparato legal, o aumento da formalização desta categoria ainda encontra dificuldades para alcançar os níveis desejados. A relação de classe estabelecida entre patrões e empregados no Brasil enfrenta obstáculos que ultrapassam a dimensão da legislação trabalhista e esbarram também em questões culturais, de raça, gênero e pobreza.

O Gráfico 7 mostra que, apesar dos direitos trabalhistas terem sido ampliados e de ter havido uma queda no número de pessoas sem carteira de trabalho assinada, esse número ainda permanece bastante elevado. De acordo com os dados da PNAD contínua para o estado da Paraíba, na fase recente de 2012 a 2015, o número de pessoas ocupadas no trabalho doméstico na informalidade ficou em torno de 80 mil, o que indica a permanência de uma parcela importante de trabalhadores sem direito ao seguro desemprego, férias, décimo terceiro e aposentadoria, entre outros.

⁸ Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência com base na pesquisa do IBGE/PNADs.

GRÁFICO 7: Paraíba - Pessoas⁹ por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - Trabalhador Doméstico - Mil pessoas (2012-2015)

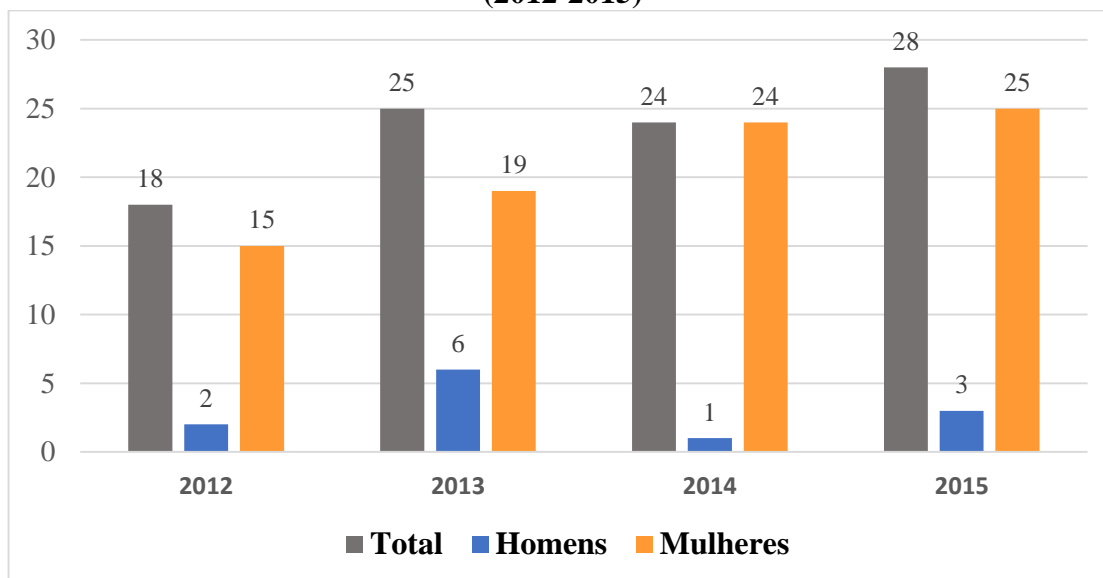


Fonte: PNAD Continua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

No que diz respeito a contribuição para o instituto da previdência oficial, no Gráfico 8 as mulheres aparecem como as que contribuem mais, até por serem as mais representativas neste segmento. Em 2012, em torno de 15 mil mulheres eram contribuintes. Já em 2015 esse dado passou para 25 mil mulheres contribuintes. Fica claro que houve um aumento da contribuição previdenciária no estado da Paraíba, apesar de ter ainda um grande contingente de mulheres na informalidade e não contribuintes, cerca de 96 mil mulheres, como demonstrado no Gráfico 9.

⁹ Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência com base na pesquisa do IBGE/ PNADs.

GRÁFICO 8: Paraíba - Pessoas¹⁰ por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal e por sexo - Contribuintes em serviços domésticos - Mil pessoas (2012-2015)

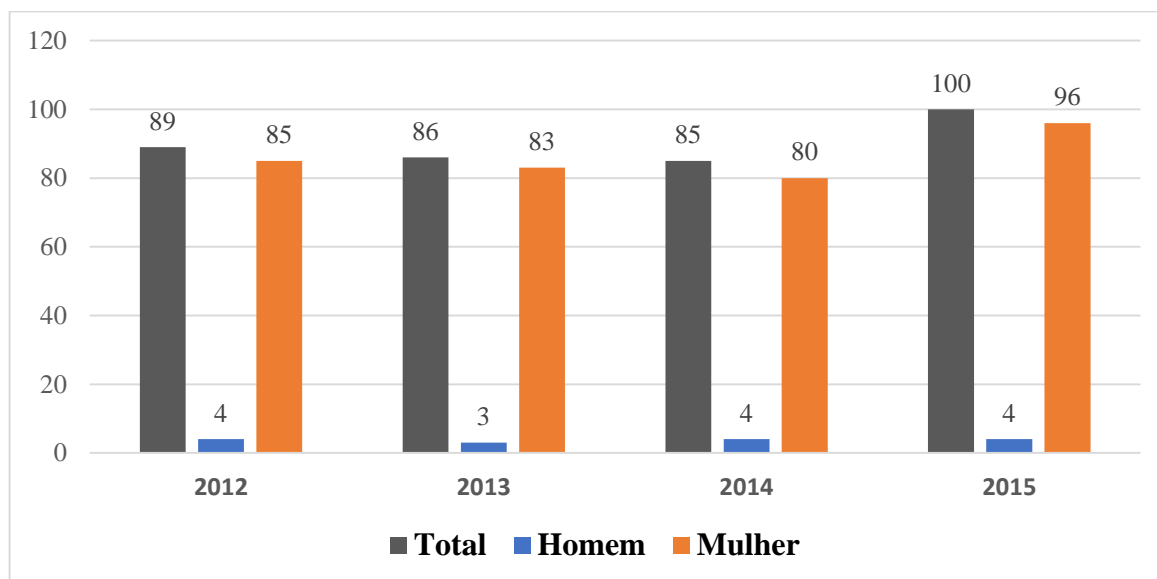


Fonte: PNAD Continua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

De todo modo, é importante registrar o aumento de mais de 65% na contribuição previdenciária do trabalho doméstico feminino entre 2012 e 2015. Quando se considera o trabalho doméstico feminino que não registra contribuição previdenciária, observou-se queda de quase 6% entre 2012 e 2014, com alta significativa de 20% entre 2014 e 2015. Vale destacar que a legislação sobre o trabalho doméstico veio contribuir para a melhoria das condições de realização dessa atividade, proporcionando, mesmo que de forma lenta, o aumento da contribuição para o instituto da previdência, embora esta possa ser afetada em períodos de crise da economia que termina por estimular as atividades informais e sem proteção social no trabalho.

¹⁰ Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência com base na pesquisa do IBGE/ PNADs.

GRÁFICO 9: Paraíba - Pessoas¹¹ por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal e sexo e agrupamento de atividade - Não Contribuintes em serviços domésticos (2012-2015)



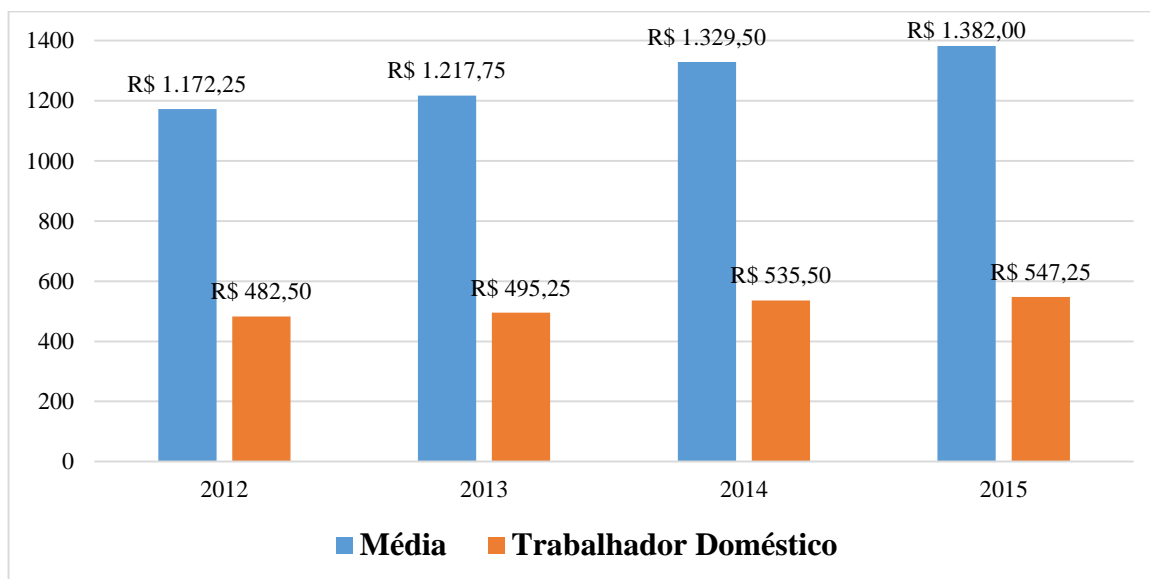
Fonte: PNAD Contínua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

O trabalho doméstico é umas das ocupações que apresenta os menores salários tanto para a média do Brasil quanto para o estado da Paraíba e João Pessoa. Contudo, com o aumento da formalização da categoria observa-se a ocorrência de um aumento salarial neste segmento, embora seja inferior à média salarial de todas as ocupações.

O Gráfico 10 permite visualizar parte desse movimento de renda de acordo com as pesquisas da PNAD Contínua. A média salarial em todos os setores fica em torno de R\$ 1.382,00, enquanto que a média salarial no trabalho doméstico gira em torno de R\$ 547,25, considerando o período de 2012 a 2015 para o estado da Paraíba, o que deixa clara a precarização e a exploração que estes trabalhadores vivenciam, tendo em vista que esse valor encontra-se abaixo do salário mínimo no período analisado.

¹¹ Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, consultadas na semana de referência com base na pesquisa do IBGE/ PNADs.

GRÁFICO 10: Paraíba - Rendimento médio real, habitualmente e efetivamente recebido por mês, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador Doméstico de 2012 a 2015 (R\$)



Fonte: PNAD Continua 2012, 2013, 2014 e 2015. Elaborado pelo autor, 2017.

Se compararmos com a renda média de todas atividades para o estado da Paraíba em 2010, com base no Censo Demográfico, o valor médio era de R\$ 886,61, sendo R\$ 1.245,53 para contribuintes e R\$ 510,14 para não contribuintes. No tocante ao trabalho doméstico, o valor médio recebido era R\$ 332,77, sendo R\$ 521,42 com contribuição para a previdência e R\$ 266,06 sem contribuição (IBGE, 2017).

Apesar das diferenças metodológicas entre o Censo Demográfico e as PNADs, é possível perceber um aumento significativo na renda média dos trabalhadores domésticos no período recente. Por outro lado, não se deve acomodar com a presença marcante do trabalho doméstico, informal e sem contribuição previdenciária ainda existente em todo o estado da Paraíba e, em especial, na capital João Pessoa.

4.2 A VOZ E A VEZ DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Nesta seção, é chegada a vez delas, as “rainhas do lar”; as trabalhadoras domésticas do município de João Pessoa que se dispuseram gentilmente a participar da pesquisa. Soltarão suas vozes, mostrando quem são, como enfrentam seu cotidiano e como visualizam o trabalho doméstico. Foi o momento no qual elas obtiveram um espaço para falar abertamente sobre sua visão acerca da profissão. Todas bastante tímidas e nervosas, talvez por estarem diante de uma pessoa até então desconhecida. Entretanto, umas foram bastante diretas e objetivas, outras

falaram um pouco mais, encarando como um momento em que podiam desabafar o que haviam vivenciado durante anos de profissão.

4.2.1 Idade, cor, estado civil e naturalidade

Ao observar minuciosamente o perfil das 13 trabalhadoras domésticas participantes das entrevistas, foi detectado a presença de alguns pontos que merecem ser destacados.

A faixa etária das trabalhadoras domésticas é um dos importantes aspectos a serem pontuados. A Tabela 3 demonstra a idade das trabalhadoras domésticas, indicando que há uma menor presença de jovens nesta categoria e um envelhecimento da população que se encontra trabalhando nesta profissão.

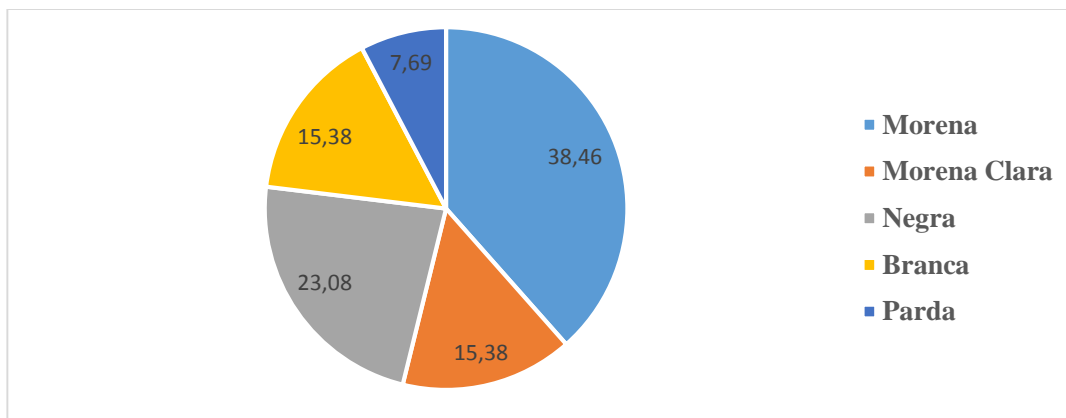
Tabela 3: João Pessoa: Faixa etária das trabalhadoras domésticas - (2017)

Faixa etária	Quantidade (QT)	Porcentagem (%)
20-24	1	7,69%
25-29	3	23,08%
30-34	1	7,69%
40-49	6	46,15%
50-59	2	15,38%

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados coletados, através da pesquisa de campo (2017).

Ainda de acordo com a Tabela 3, verifica-se um maior número de empregadas domésticas na faixa etária entre 40-49 anos, expressando o envelhecimento das trabalhadoras domésticas na profissão. A menor presença dos jovens nesta profissão tem um possível fator explicativo no aumento do nível de instrução, o que pode implicar em maior nível de qualificação com maiores oportunidades de escolha de outras atividades. As pessoas com idade mais avançada encontram mais obstáculos para se inserir em outras profissões, principalmente quando seu nível de instrução é muito baixo.

No que diz respeito a cor das entrevistadas, 38,46% se auto declararam morenas, 15,38% morenas clara, 23,08% negras, 15,38% brancas e 7,69% parda. O Gráfico 11 abaixo ilustra essa realidade.

GRÁFICO 11: João Pessoa: Cor das trabalhadoras domésticas – 2017 (%)

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados coletados, através da pesquisa de campo (2017).

Sobre esta questão, deve ser feita uma observação relevante. Quando se indagou sobre a cor, houve dificuldade das mulheres afirmarem sua cor. Na visão da pesquisadora, das entrevistadas que se autodeclararam morenas, 15,38% se encaixaria dentro da cor negra, porém se identificaram como “morenas”, o que demonstra a dificuldade das mulheres em se afirmarem como negras, além de expor todo preconceito e discriminação racial que ainda se encontra enraizado na sociedade em relação ao negro.

Quanto ao estado civil, 61,53% das entrevistadas são casadas e 38,46% separadas. Das separadas 27,08% possui filhos e são chefes de família, possuem dupla jornada de trabalho e sustentam a casa com a remuneração de trabalhadora doméstica que, em muitos casos, é inferior a um salário mínimo. Entre as casadas, 15,38% não possui filhos, 23,08% possui apenas um filho e 7,69% possui 4 filhos.

Outro elemento importante investigado foi a naturalidade das entrevistadas. Do total, 61,54% veio do interior da Paraíba, 7,69% nasceu e reside em João Pessoa, 7,69% veio do interior do Rio Grande do Norte, 7,69% do interior da Bahia e 15,38% do interior de Pernambuco. Percebe-se a forte migração das mulheres do interior para as cidades maiores em busca de oportunidades de trabalho. Algumas saíram do trabalho na agricultura, com baixo nível de instrução, sendo o trabalho doméstico a porta de entrada para o emprego na cidade.

4.2.2 Nível de instrução e rendimento

Quanto a escolaridade das entrevistadas, verifica-se que a maioria possui nível de instrução muito baixo. Das trabalhadoras domésticas entrevistadas, 69,23% possui ensino fundamental incompleto e 30,77% ensino médio completo, o que pode estar atrelado ao fato da

maioria delas, na infância, morarem no interior, com escolas de difícil acesso, além da necessidade de trabalhar cedo para ajudar na renda da casa, ou seja, muitas não tiveram oportunidade para estudar. O depoimento de *Jasmine* expressa bem essa realidade: “Meu pai me colocava pra estudar e depois tirava pra ajudar a limpar o roçado, cortar lenha [...]. As escolas eram difícil naquela época, era uma escola muito longe, a gente andava muitas léguas a pé pra chegar até lá [...]” (JASMINE, 2017). Essa dificuldade também se confirma com a fala de *Esmeralda*: “A gente não teve oportunidade de estudo, meus pais ia trabalhar e eu ficava tomando conta dos meus irmãos, por isso eu não estudei [...]” (ESMERALDA, 2017).

Em relação à renda auferida pelas trabalhadoras domésticas, 61,54% das trabalhadoras domésticas que são mensalistas recebem até um salário mínimo, correspondente a um valor de R\$ 937,00, 23,08% que são diaristas recebem de R\$ 800 a R\$ 2000, e 15,38% que também são diaristas recebem um valor inferior a um salário mínimo, na faixa de R\$ 400 a R\$720.

Tanto para as mensalistas quanto para as diaristas este valor parece ser injusto pela multiplicidade de funções que realizam durante sua jornada de trabalho. *Alice* e *Jasmine* mostram a insatisfação em relação ao salário recebido como diaristas:

Acho muito pouco, como eu disse, eu faço faxina, tem uns que pagam muito pouco, a gente trabalha muito, eu trabalho muito e ganho pouco, eles não pagam ajustado, o preço que a gente merece (ALICE, 2017).

Eu acho que ganho pouco pelo trabalho que eu faço, eu trabalho muito e minhas faxinas são bem feitas, tem pessoas que reconhece meu trabalho, mas pagam pouco, o certo era pagar um pouquinho mais (JASMINE, 2017).

As mensalistas também se mostraram insatisfeitas com relação aos rendimentos auferidos pela sua profissão:

Eu acho, no meu entender, que deveria pagar mais, por que a gente trabalha muito e ganha pouco (MÉRIDA, 2017).

Não é justo, por que é muito trabalho que tem, não é só um serviço só que a pessoa faz né, deveria ser um pouquinho mais, mas já é um avanço, por que antes nem isso tinha (KIARA, 2017).

Entretanto, verifica-se um avanço no que diz respeito ao rendimento das trabalhadoras domésticas, em razão de que todas que se declararam mensalistas recebem um salário mínimo, o que é um indicativo da conscientização maior dos patrões no cumprimento da Lei Complementar nº 150 em vigor, apesar de ser baixo em relação a outras categorias.

4.2.3 Trabalhadora doméstica: uma questão de escolha?

Com relação aos motivos que levaram as trabalhadoras domésticas ingressarem na profissão, as respostas ficaram ao redor de dois motivos centrais: o baixo nível de instrução e a migração do trabalho “pesado” no campo para o trabalho “mais leve” na cidade. Entretanto, outros fatores também foram mencionados pelas trabalhadoras domésticas.

Do total de entrevistadas, 30,77% alegaram estar no trabalho doméstico pelo seu baixo grau de instrução. As declarações a seguir ilustram essas situações:

Foi a única profissão que não exigia muito estudo, foi a coisa mais fácil que eu encontrei, por que eu já sabia cuidar de uma casa (ALICE, 2017).

Não tinha leitura suficiente pra arrumar um trabalho melhor, então o único que apareceu foi ser empregada doméstica (JASMINE, 2017).

Se eu tivesse estudado mais uma coisinha eu não teria sido doméstica (TIANA, 2017).

Já para 38,46%, o motivo seria em virtude de antes terem trabalhado pesado no campo e o trabalho doméstico ser uma opção de trabalho mais fácil, mais leve, quando comparado a sua jornada árdua no campo. As falas de *Wendy* e *Aurora* discorrem bem sobre este fato:

Cansei de trabalhar na agricultura e resolvi trabalhar como doméstica (WENDY, 2017).

[...] Eu trabalhava na Zona Rural, no roçado ai eu achava nesse serviço que as meninas falava: vou tomar conta de criança, vou ser babá, vou fazer isso ou aquilo, ai eu achei melhor que meu trabalho na Zona Rural de estar limpando mato, catando algodão, era muito cansativo e ficava o dia todo no sol, eu achava muito sofrimento pra mim. O trabalho doméstico é menos cansativo [...] Eu queria uma coisinha melhor, comprar algo pra mim que meus pais não tinha condição [...] (AURORA, 2017).

A vida difícil que algumas mulheres tinham no campo, fez com que migrassem para a cidade em busca de algo que fosse menos cansativo e o trabalho doméstico, na sua percepção, acabou sendo a forma que encontraram para sair daquela situação exaustiva. O pouco rendimento proporcionado pela agricultura não dava para manter as necessidades básicas de alimentação, vestimenta etc., acreditando poder encontrar melhores condições de trabalho e renda na cidade.

Para 30,77% das entrevistadas, outros motivos foram citados como: “a falta de oportunidade”, “sem opção de escolher”, “peguei o que apareceu”, “pra criar meus filhos”, “ajudar pai e mãe” e por “comodismo”.

Percebe-se, nestas justificativas, que o trabalho doméstico não foi uma escolha, mas resultado do que foi possível conseguir diante dos déficits na instrução e da condição social. Diante da situação enfrentada no campo, tornou-se melhor o trabalho doméstico, atividade mais acessível e com menor exigência em qualificação profissional.

A maioria das mulheres tinham sonhos profissionais, vontade de seguir outra carreira profissional como direito, serviço social, gastronomia, entre outros. O sonho foi interrompido pela necessidade.

Com relação a satisfação no trabalho doméstico, algumas entrevistadas de imediato disseram que não eram felizes, que não se sentiam realizadas, como declararam *Kiara e Alice*:

Não, eu gostaria de ter outro trabalho que desse futuro, não tem futuro, apesar de hoje ter mais direitos, pode até ser que tenha um avanço melhor, agora futuro mesmo de ter uma vida melhor não tem condições não, um salário mínimo não dá pra viver mesmo bem, dá pra sobreviver (KIARA, 2017).

Não me sinto realizada não. Me sentiria realizada como eu falei, se eu recebesse um décimo no final do ano, recebesse minhas férias, tivesse direito de quando estivesse doente em casa, recebesse, seguro-desemprego, mas não só recebe o dia que trabalha (ALICE, 2017).

Outras demonstraram satisfação, apesar das dificuldades que enfrentavam, conforme depoimento de *Aurora e Mérida*:

Sou feliz, apesar das dificuldades, como eu falei, tem assim muita dificuldade, muito desgosto, quando você é discriminada você se sente muito desgostosa... As vezes a gente tem aborrecimento, tem algumas palavras que a gente ouve que desrespeita a gente, essas coisas, mais a gente tem que ir levando, com essas dificuldades (AURORA, 2017).

Sou, Graças a Deus, apesar de ser muito cansado, eu agradeço a Deus por que tenho meu trabalho, por que tem tanta gente aí que não tem, quer trabalhar e não pode, e tem os que pode e tem preguiça de ir, só fico em casa só no sábado e o domingo mesmo, na segunda já estou novamente logo cedo. É.. sou feliz (MÉRIDA, 2017).

Algumas se mostraram satisfeitas, mas por não ter outra opção, se acostumaram nesta profissão.

É né, não tem outro, tem que ser feliz com esse mesmo (TIANA, 2017).

Sou feliz, não tem outro, vai esse mesmo, pra quem não estudou o trabalho é esse (NANCY, 2017).

Eu me sinto, apesar de que se eu pudesse, eu gostaria de ter outra profissão, mas não deu, eu não estudei, se eu tivesse estudado não estava nessa não (ESMERALDA, 2017).

As demais afirmaram estar satisfeitas por considerarem um trabalho normal como qualquer outro, um trabalho digno, expõe *Wendy e Marian*:

Sim, sou feliz. Sou por que é uma coisa que eu gosto, eu gosto de ser empregada doméstica, eu acho um trabalho normal como qualquer outro (WENDY, 2017).

Sim sou feliz. Eu digo a quem pergunta: onde você trabalha? Eu trabalho em casa de família, mais menino é um trabalho digno que nem os outros (MARIAN, 2017).

Assim, quanto ao nível de satisfação em relação a profissão que elas exercem, percebe-se que algumas demonstram se sentir realizadas, felizes, satisfeitas com esta profissão, ou de certo modo, até adaptadas.

No que diz respeito ao futuro dos filhos das trabalhadoras domésticas, daquelas que são mães, mais da metade afirmou que não pretendia que seus filhos seguissem a mesma profissão. Para 7,69%, restou lamentar os filhos terem seguido na atividade do trabalho doméstico.

Mais uma vez a questão do nível de instrução apareceu nas declarações como elemento importante para melhorar a condição no trabalho, conforme declaram as mães:

Não minha filha disse que vai estudar pra ser delegada (JASMINE, 2017).

Não minha filha estuda, ela quer fazer medicina (KIARA, 2017).

Eu acredito que eles não pretendem não e também eu não deixo eles seguir essa função, eu quero que eles estudem, e tenham um futuro na vida melhor que o meu (ALICE, 2017).

As trabalhadoras domésticas demonstram preocupação em passar para seus filhos as oportunidades que não tiveram, especialmente, o estudo, de modo a incentivar na busca de uma profissão menos cansativa, menos desgastante, menos desvalorizada, que é a do trabalho doméstico, de acordo com algumas declarações.

4.2.4 Trabalho infantil doméstico

Ao entrevistar as 13 participantes da pesquisa, foi possível constatar que o trabalho infantil estava presente no trabalho doméstico. Infelizmente esta realidade ainda é persistente, embora com tendência a ser reduzida. De acordo com os dados da OIT (2013), cerca de 10,5 milhões de crianças em todo o mundo trabalham como trabalhadores domésticos e cerca de 71% são meninas, ou seja, se dedicam aos afazeres da casa de terceiros, o que é proibido, de acordo com a Lei nº 10.097, no seu art. 403: “É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (BRASIL, 2000).

Do total das entrevistadas, 69,23% começaram a trabalhar como trabalhadoras domésticas com seus 12 anos de idade e o restante, 30,77% começaram depois dos 20 anos de

idade. Assim, a maioria das mulheres trabalhadoras domésticas começaram ainda muito jovens a assumir funções de adultos dentro de um domicílio diferente do seu. Essa realidade tem reflexos em suas vidas até hoje, pois apenas 15,38% conseguiram concluir o ensino médio, 53,85% não tiveram a mesma oportunidade e não chegaram a concluir nem o fundamental. Uma das principais consequências do trabalho infantil doméstico é justamente a defasagem escolar, tornando dificultosa a permanência na escola depois de horas exaustivas de trabalho.

Outra consequência é a dificuldade em mudar para outra profissão. Todas as entrevistadas que começaram a trabalhar ainda quando crianças não saíram da profissão. Foram domésticas desde a parte da infância, na adolescência até a fase adulta. Para ilustrar temos as falas de *Esmeralda e Aurora*: “Comecei a trabalhar com meus 13-14 anos, faz mais de 30 anos, estou até agora nesta profissão, não tive outra” (Esmeralda, 2017). “Comecei a trabalhar desde meus 12 anos, até hoje nunca saí” (AURORA, 2017).

Contudo, é notório que dificilmente uma criança que lhe foi tirada a infância para poder trabalhar, embora em muitos casos para ajudar no sustento da família, tenha oportunidades de ter nível de instrução e formação profissional adequados com perspectivas melhores de futuro, sendo o trabalho doméstico ilustrador desta realidade.

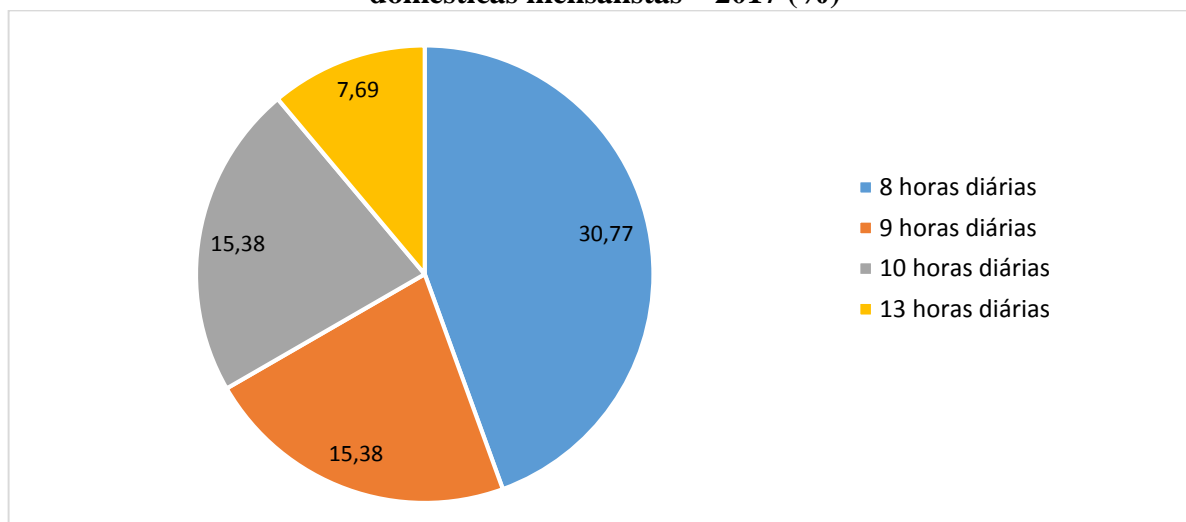
4.3 JORNADA DE TRABALHO E ATIVIDADES REALIZADAS PELAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

A temática da jornada de trabalho para as trabalhadoras domésticas sempre foi bastante delicada, em virtude do vínculo que é criado entre o empregador e a trabalhadora doméstica. Estas geralmente são tratadas como se fossem da “família”, deixando as horas trabalhadas muitas vezes fora da pauta de discussão entre patrão e empregado. Desse modo, é histórica a existência de irregularidades por parte dos patrões para cumprir este direito das trabalhadoras domésticas, ainda expostas a jornadas intensas e exaustivas de trabalho.

Como já foi mencionado na fundamentação teórica, existe a categoria das mensalistas e a das diaristas. No entanto, as jornadas de trabalho existente entre elas são diferenciadas.

Do total das entrevistas, 69,23% são mensalistas e 30,77% são diaristas. Atentando para a jornada de trabalho das mensalistas, apenas 30,77% trabalham 8 horas diárias, com início às 7:30 ou, no máximo 8 horas da manhã, até as 15:30 ou 16:00 da tarde. Cerca de 38,46% excede esse limite de horas diárias trabalhadas, chegando a trabalhar 13 horas por dia, iniciando sua jornada as 06:30 da manhã até as 19:00 ou 19:30 da noite. O Gráfico 13 abaixo ilustra a realidade das mensalistas entrevistadas.

GRÁFICO 12: João Pessoa - Horas trabalhadas diariamente pelas trabalhadoras domésticas mensalistas – 2017 (%)



Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados coletados, através da pesquisa de campo (2017).

Percebe-se, a partir dos dados, o não cumprimento da Lei nº 150 que estabelece uma jornada de trabalho com 8 horas diárias e 44 horas semanais a todas trabalhadoras domésticas. Contudo, persiste o alto nível de exploração que elas ainda estão submetidas com extensas horas de trabalho diárias. Vale mencionar que, durante a entrevista, nenhuma delas mencionou o repouso após a refeição; acaba de almoçar e já volta para realizar seus afazeres.

Quando perguntadas se consideravam a jornada de trabalho cansativa, todas declararam em bom som que sim. Como podemos constatar com o depoimento de *Esmeralda*: “Considero ele cansativo, estressante, porque não é só uma coisa que você tem que fazer; é várias, tem hora que você fica no estresse” (ESMERALDA, 2017).

Com relação a jornada de trabalho das diaristas, ocorre uma flexibilização de horários, em que elas têm mais liberdade para fazer seus horários. Conforme cita *Alice*: “Elas [patroas] não me exigem hora alguma, não exige hora de chegar e não exige hora de sair e nem exige hora pra mim almoçar; elas não questiona nada. A única exigência que elas têm é nas primeiras faxinas que é pra deixar a casa limpa” (ALICE, 2017). Porém, o término da jornada de trabalho é só quando acabam todos os afazeres da residência em que trabalham.

Geralmente o início da jornada de trabalho das diaristas inicia-se às 8 horas da manhã. Das entrevistadas, 23,08% responderam que iniciam neste horário, e 7,69% começam às 7 horas da manhã. Entretanto, o término varia de acordo com o tamanho e a organização da residência.

É um trabalho também bastante exaustivo, algumas chegam a trabalhar 10 horas diárias, outras 9, 7 e 8 horas. No mínimo, elas trabalham 5 horas diárias. Continua *Alice* dizendo: “É

um trabalho muito exaustivo, por que o trabalho de uma semana a gente faz em um dia, aí a gente chega a ficar muito cansada” (ALICE, 2017).

Mérida reforçou a situação ao declarar: “Cansativo demais você ser diarista, por que a gente tem que fazer tudo ... levantar sofá, tapete, tudo... Faxina já está dizendo né, não pode ser maneiro, tem que ser pesado mesmo” (MÉRIDA, 2017). Ou seja, é um trabalho encarado por elas como bastante cansativo e pesado.

Com relação às atividades desempenhadas pelas trabalhadoras domésticas mensalistas, quando questionadas, de imediato respondiam: “tudo”. Este “tudo” delas se referia a fazer a faxina, cozinhar, lavar roupa e engomar. Algumas ainda iam mais além com o cuidado das crianças ou de animais de estimação. *Nancy e Esmeralda* explicam: “Faço tudo: cozinho, arrumo, lavo, passo roupa, faço tudo” (NANCY, 2017). “Faço de tudo, cozinho, arrumo, tomo conta de duas crianças” (ESMERALDA, 2017).

Já com relação às atividades realizadas pelas trabalhadoras domésticas diaristas, variam de acordo com a necessidade de cada domicílio. Declarou *Jane*: “Só passo roupa e faço faxina. Em uma casa eu passo roupa, em outra eu faço faxina, nenhuma das três eu cozinho” (JANE, 2017).

Contudo, existem domicílios que exigem a execução de todos os afazeres, como no caso de *Alice*: “Eu lavo roupa, eu engomo, eu cozinho e faço a faxina geral na casa” (ALICE, 2017).

É um trabalho que exige uma multiplicidade de habilidades por parte de quem executa. Elas desempenham várias atividades que requerem a organização do tempo para poder dar conta de todas elas, o que acaba por se tornar cansativo, exaustivo, repetitivo e pesado. Assim, voluntariamente, estendem a jornada de trabalho e intensificam o esforço na realização das tarefas. Essa situação implica na falsa sensação de liberdade no trabalho em função do maior rendimento, em alguns casos.

4.3.1 Informalidade no trabalho doméstico

O trabalho doméstico é uma categoria dentro do mercado de trabalho marcada por altos índices de informalidade e precariedade. Por muito tempo foi uma atividade invisível perante a legislação no Brasil.

Do total de entrevistadas, 69,23% que se declararam mensalistas possuem carteira de trabalho assinada. Porém, essa formalização não se deu de forma imediata. Algumas delas passaram muito tempo inseridas dentro da informalidade, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 4: João Pessoa - Anos de profissão, tempo de carteira de trabalho assinada e tempo de permanência na informalidade - 2017

Nome	Anos de Profissão	Tempo que possui carteira de trabalho assinada	Tempo que passou na informalidade
Aurora	25 anos	15 anos	10 anos
Marian	10 anos	8 anos	2 anos
Ariel	2 anos	1 ano e 5 meses	7 meses
Tiana	1 ano e 3 meses	5 meses	10 meses
Kiara	33 anos	1 ano e 7 meses	31 anos e 5 meses
Esmeralda	14 anos	9 anos	5 anos
Nancy	10 anos	8 anos	2 anos
Charlotte	20 anos	Nunca assinou a carteira	20 anos
Wendy	29 anos	20 anos	9 anos

Fonte: Elaboração própria do autor, a partir dos dados coletados, através da pesquisa de campo, 2017.

Verifica-se, pelos dados da Tabela 4, o avanço em relação a formalização do trabalho doméstico. Apenas uma das treze entrevistadas não possui carteira de trabalho assinada, o que neste caso demonstra a valorização da profissão da doméstica, podendo ser comparada com qualquer outra profissão. Ilustra também o acesso que as trabalhadoras domésticas estão tendo em relação aos direitos trabalhistas, pois o vínculo empregatício com o registro da carteira de trabalho lhes proporciona benefícios importantes como férias e 13º salário.

Vale ressaltar que essa conquista não foi de forma imediata. Elas passaram muito tempo inseridas na informalidade, sem o reconhecimento dos seus direitos legais, o que causou prejuízos, entre eles o retardo do tempo para aposentadoria, como ressalta *Kiara* quando questionada sobre o tempo de carteira de trabalho assinada: “Faz 1 ano e 7 meses somente. Os 31 anos e 5 meses não teve, que foi uma pena... Eu já estava aposentada já” (KIARA, 2017).

A regulamentação do trabalho para esta categoria favoreceu a saída da informalidade para a formalidade. Faz menos de 20 anos que as trabalhadoras domésticas têm direito ao registro formal dentro da lei, embora ainda existe muita trabalhadora doméstica dentro da informalidade.

Na categoria das diaristas a informalidade é bastante presente em decorrência da não obrigatoriedade dos patrões assinarem a carteira de trabalho, já que só é considerado vínculo empregatício obrigatório para as trabalhadoras domésticas que passarem mais de dois dias de forma contínua prestando serviço em um domicílio.

Do total de diaristas presentes na pesquisa, apenas 7,69% contribui como autônoma para a previdência social e cerca de 23,08% não contribui. Fica sob a responsabilidade do

trabalhador autônomo a contribuição previdenciária, mas terminam deixando esta obrigação em segundo plano ou esquecida, devido às remunerações serem baixas, o que caracteriza a desproteção social nesta categoria de trabalho, conforme relatam *Alice* e *Jasmine*, respectivamente: “Eu tentei pagar mas não consegui. Meu dinheiro não sobra muito pra mim pagar então eu não contribuo não” (ALICE, 2017). “O que eu ganho é pouco. O que eu ganho é só pra mim manter mesmo, não contribuo como autônoma” (JASMINE, 2017). Assim, dentro do trabalho doméstico as diaristas são as mais penalizadas, as que mais estão expostas a vulnerabilidade por não possuírem garantias trabalhistas devido a não contribuição previdenciária, submetendo-se à informalidade.

As entrevistadas também foram indagadas a respeito de quanto tempo elas ainda pretendem trabalhar para se aposentar. Neste quesito demonstraram dificuldades em perceber o tempo necessário para a aposentadoria, o que pode ser resultado da falta de informação sobre o tema. Mas, ao mesmo tempo, demonstraram preocupação com as mudanças recentes na conjuntura econômica e política e, especialmente, na questão previdenciária, embora não tenham demonstrado domínio sobre os conceitos relativos ao assunto.

4.3.2 Discriminação, preconceito e a desvalorização presente no trabalho doméstico

A discriminação e o preconceito é um elemento bastante presente quando se trata do trabalho doméstico. Das entrevistadas, 61,54% alegaram ter passado por algum tipo de preconceito ou discriminação. Como ressaltou *Wendy*:

Sofri por um advogado, eu estudava a noite quando fui trabalhar na casa dele e ele não sabia que eu estudava. Chegou a hora de eu descer pra ir ao colégio, ele perguntou se eu não ia jantar; a cozinheira falou que eu estava atrasada pra ir ao colégio. Ele olhou pra mim e disse: Pra que negra estudando. Eu achei que fosse um preconceito (WENDY, 2017).

O preconceito racial, especialmente, contra pessoas de cor negra, ficou bem representado na fala da entrevistada, fruto de uma herança escravocrata enraizada no país.

Também havia discriminação por meios de estereótipos, como relata *Kiara*: “Já sofri discriminação, eles tinham mania de chamar de peniqueira né, essas coisas [...] Sempre são vista a gente como pobre mas que a outra... Essas coisas assim... Não valorizar como todas as outras profissões” (KIARA, 2017).

Charlotte passou por uma situação semelhante. Relatou ela: “Sim, meu primo me chamou de peniqueira, eu baixei minha cabeça e fiquei assim” (CHARLOTE, 2017).

A discriminação própria é outro aspecto constatado em algumas falas, como declarou *Mérida*: “Sempre é discriminado, tem gente que tem vergonha de ser doméstica” (MÉRIDA, 2017).

Outra entrevistada afirmou: “Eu acho um trabalho vergonhoso, eu tenho um pouco vergonha” (TIANA, 2017).

Uma outra participante respondeu com lágrimas nos olhos:

Eu já sofri, já me senti muito magoada. Teve uma vez lá, quando a gente estava veraneando, era mês de Janeiro, ela [patroa] veraneava... A irmã dela estava lá. Aí eles iam sair; aí tinha a filha da irmã dela. Naquele tempo o namoro era bem assim, tinha horário, uma pessoa pra vigiar. Aí elas iam sair, aí a irmã dela fez: fulana fica aqui na sala; eles ficavam namorando no terraço, até fulano ir embora. Aí a minha patroa disse: não, ela fica no quarto dela... Aí isso magoa né... A pessoa é direita, limpinha, aí a pessoa fica muito magoada... Eu disse: não fulana eu fico aqui mesmo no sofá sentada. Eu não gosto de falar porque fico assim [lágrimas] (AURORA, 2017).

Outro depoimento marcante foi o de *Charlotte*, que quando questionada se já sofreu preconceito declarou o seguinte:

[...] Quando você vai entrando no prédio e vai entrando um patrão, aí olha pra você de lado com um olharzinho meio fresco... É tanto que eu nem gosto de andar pelo social, minha patroa quer que eu ande pelo social, mais eu não, não se preocupe. Eu só ando mais pelo social quando está quebrado o de serviço. Mas, pra mim não é problema não, é só questão que eu mesmo me excludo um pouco, me afasto, porque eu vejo gente olhando atravessado pra você (CHARLOTE, 2017).

Evidenciou-se que há casos de discriminação e preconceito dentro do trabalho doméstico, o que levou a constrangimentos e exclusão, mexendo com a autoestima das trabalhadoras. Uma provável explicação para essa situação pode estar relacionada às raízes do trabalho doméstico que se remonta ao período da escravidão. Ainda, por ser uma atividade com predominância de mulheres, profissão vista pela sociedade como típica de pessoas desqualificadas, negras e pobres.

Outro aspecto importante a ser pontuado é a presença do assédio moral dentro do trabalho doméstico. Nas falas, as trabalhadoras domésticas relataram vivenciar esse tipo de situação, também relacionada aos ranços de uma sociedade marcada pelo coronelismo que dissemina a noção de superioridade dos empregadores versus a servidão das trabalhadoras domésticas. Alguns patrões consideram que só por estar pagando pelo serviço das trabalhadoras domésticas são os donos delas e podem tratá-las como bem entendem. *Alice e Jane* em suas falas expõem esta realidade:

[...] Fui cuidar de uma bebezinha e não sabia o quanto a vó dela era ruim. A vó dessa menina me maltratava tanto, falava coisa comigo; A mãe me deixava uma ordem pra fazer com o bebê, uma comida que eu ia fazer... Ela dizia que era comida de preguiçoso, que eu era uma preguiçosa, não era pra mim fazer aquilo... Me xingava, me dizia coisa... Ela me maltratava muito e como eu tinha feito uma conta no cartão da minha mãe eu não podia sair desse trabalho, ela me humilhava muito... Ela me fazia muita raiva, muita raiva mesmo... Então eu decidi não trabalhar com quem me maltratasse só com quem fosse boa pra mim [...] (ALICE, 2017).

Já ouvi falar em assédio moral sim, já ouvi falar várias coisas feias, mas comigo Graças a Deus nunca aconteceu não. São as coisas que os patrões fala com as empregadas muito chato... Como fala com os cachorros né isso... Fala um bocado de palavras feias que eu já ouvi as meninas falarem por ai né... Mais comigo Graças a Deus até hoje não aconteceu não, por que se um dia um patrão meu falar alguma coisa comigo que eu não goste, eu também ponho ele no lugar, eu também sou gente [...] (JANE, 2017).

A própria presidente do sindicato também relata que há muitos casos de maus tratos contra as trabalhadoras domésticas, e cita também um caso de assédio moral:

A trabalhadora doméstica chegou na casa pra trabalhar depois que sua patroa viaja, com 4 crianças, que ela cuida da casa e das crianças. Ela chegou na casa e a mulher recebeu ela com muitos gritos, xingamentos, dizendo que ela não valia nada, que ela era burra que poderia voltar dali mesmo (ANDRINA, 2017).

Verifica-se, portanto, através dos relatos das trabalhadoras domésticas e da própria presidente do sindicato das domésticas, o quanto é comum a existência do assédio moral dentro da categoria, uma situação bastante complicada, tendo em vista a dificuldade de poder comprovar este acontecimento e tomar alguma providência com o intuito de fazer denúncia contra este tipo de violência. Geralmente, nestas situações, só estão presentes o patrão e a trabalhadora doméstica na residência onde ocorre a relação de trabalho por um determinado período de tempo. As provas, muitas vezes, não são possíveis de serem conseguidas e, em outras, as próprias trabalhadoras naturalizam estes acontecimentos com receio de perder o emprego e não encontrar outro.

A pesquisa também abordou a relação das trabalhadoras domésticas com os seus patrões. De maneira geral, quando se busca na literatura esta questão da subjetividade no trabalho verifica-se que é um tema complexo. As próprias sindicalistas também relataram a existência de problemas dessa natureza, mas no público entrevistado não houve constatação de relações complicadas e sim de relações amistosas, como descritas a seguir:

A minha relação com meus patrões são boas, eles me tratam muito bem, eu tento agradar eles pra eles me agradarem. Eles não tem frescura nenhuma comigo, me trata como se fosse pessoa, amigo deles mesmo. Chegam me apresentar no final de ano, quando estou precisando eles me ajudam. Tem umas que são muito boas, pagam além do acordo da faxina. Como são médicas, quando eu preciso de uma consulta, de um remédio elas me ajudam. Chegam a mandar remédio pra mim, pros meus filhos, pra quem precisar da minha família [...] (ALICE, 2017).

Minha relação é muito boa, boa mesmo, me tratam bem até demais. Minha patroa me chama pra comer com ela... Eu que não quero, por que as vezes eu quero comer mais e fico acanhada. [...] Pra tu ver, meu patrão comprou um leite condensado light, e assim que chegou disse logo, depois você vem e come um pouquinho (MARIAN, 2017).

Embora elas mesmas relatem que são bem tratadas, na sequência das falas demonstram que há certo incômodo, ou seja, pode ser que não sejam tratadas mal, com agressividade, mas há uma relação de poder, de superioridade do patrão sobre a trabalhadora doméstica, como declara *Aurora*:

É boa, apesar de muita coisa. Eu acho que todas as domésticas tem problema no trabalho, por mais que seja, por que eles digam que sou de casa, eu já me torno uma pessoa da família, com o tempo que eu estou com eles, eu sou bem tratada, bem recebida, em todo canto que saíu com eles, mas como eu falei a gente passa dificuldade, passa preconceito [...] Às vezes fala com você assim, como você não quer ser tratada daquele jeito, por exemplo: “Fulana faça ali pra mim, traga aquilo ali, pede nem por favor, isso a gente se magoa, a gente faz mais não é de bem como faz normalmente, “pegue isso, faça isso” sempre acontece comigo pede as coisas nesse tom (autoritário) [...] (AURORA, 2017).

Como já mencionado acima, apesar das relações serem cordiais, existem problemas de relacionamento pessoal, mas que podem ser naturalizados pelas trabalhadoras domésticas. O fato de algumas delas se sentirem agradecidas aos seus patrões por pequenos favores ou presentes pode configurar certa dependência emocional.

A desvalorização sempre foi algo presente na categoria das trabalhadoras domésticas, vista como atividade sem importância e invisível perante a lei, com ausência de direitos, extensivas jornadas de trabalho e salários baixos. Por isso, tornou-se importante observar o que as próprias trabalhadoras domésticas achavam a respeito dessa situação. Apenas 53,85% se posicionou sobre o trabalho doméstico, considerando uma profissão desvalorizada, embora hoje em dia a desvalorização tenha sido diminuída, como veremos a seguir através dos relatos delas.

É desvalorizada, por que é sempre visto como um trabalho não muito respeitado, agora está, não vou dizer que não está, mas no começo, só via como peniqueira, gente sem futuro, nunca valorizava. Hoje em dia está mais, tem o mesmo valor de um outro trabalhador, mas precisa avançar mais, não está totalmente valorizado (KIARA, 2017).

Hoje em dia não é mais, depois da lei está mais valorizado, antes só tinha o INSS, e agora tem muitos benefícios, não tinha nada de primeiro, agora já tem (MARIAN, 2017).

Já foi desvalorizada, depois dessas novas leis melhorou mais, mais antigamente era, muita gente não dava valor não, melhorou muito, é tanto que agora é muito difícil arrumar um emprego desse, tem umas colegas minhas faz é tempo que está procurando e não aparece (NANCY, 2017).

As trabalhadoras domésticas reconhecem a desvalorização do seu trabalho, porém com o avanço da legislação elas enxergam uma atenuação dessa desvalorização, sendo reconhecido como atividade produtiva igualmente a qualquer outra profissão.

4.3.3 Avanços na legislação do trabalho doméstico

Ocorreu um avanço bastante significativo a partir de 2015 no que diz respeito aos direitos das trabalhadoras domésticas, com a introdução da Lei Complementar nº 150/2015, mais conhecida como PEC das Domésticas. Seus direitos sociais pelo trabalho foram ampliados, valorizando a profissão até então invisível perante a legislação.

Do total das entrevistadas, 92,31% declarou conhecer a nova lei e 7,69% não tinha conhecimento sobre o assunto. Todas as trabalhadoras domésticas enxergam a nova lei como avanço para a categoria, porém as diaristas lamentam por não possuírem os mesmos direitos das mensalistas. *Jasmine*, uma das diaristas entrevistadas expressa em sua fala:

Já, dessa lei agora que apareceu. Se fosse no tempo que eu trabalhava era bom pra mim, mais infelizmente eu não tive essa sorte. Na época que eu trabalhava era tudo diferente, não tinha essa lei, só agora que eu não trabalho mais de carteira assinada ficou bom para as outras empregadas domésticas. Eu achei bom, teve muita mudança boa (JASMINE, 2017).

Alice complementa dizendo: “Não tenho benefício nenhum, por que eu sou diarista, não tenho direito a nada” (ALICE, 2017). As diaristas são as mais penalizadas, as que estão mais expostas a vulnerabilidade em virtude de não possuírem direitos trabalhistas como as mensalistas.

Já as mensalistas enxergam avanços com essa nova lei, porém algumas ainda se sentem inseguras quanto a aplicação e o resultado da mesma e insatisfeitas por terem seus direitos ainda diferenciados das outras categorias. Diz *Esmeralda*:

Já, teve assim de horário né. Foi um pulo que deu, umas coisas que eu acho que as empregadas domésticas, eles achava que fosse um cão de guarda... Melhorou o horário e outras coisas [...] Sim começou, agora ver se dá certo, pra gente ter direito mesmo, a gente não trabalha? a gente não faz tudo certo? Por que a gente não tem os mesmos direitos que os outros tem? A gente trabalha muito, os direitos ainda não são iguais (ESMERALDA, 2017).

Outras enxergam avanços para algumas, porém não para si. O cumprimento da lei não foi concretizado e o caráter do vínculo que é criado entre ambos (empregador e trabalhador) é

o que impede esta efetivação. O depoimento de *Aurora* esclarece esta questão da afetividade e descumprimento da lei.

Já, pra algumas melhorou muito, pra mim como lhe falei eu não tenho horário de trabalho. Ela [patroa] diz que não precisa não, que é de casa faz tempo. Eu ainda digo, tem nada haver não, mais ai eu não quero entrar em discussão. As minhas amigas tudo tem os livros, na casa da nora dela. Na doutora é tudo organizado, quando as meninas chegam assinam, quando as meninas sai assina, o horário de almoço, a dormida se for dormir, tudo isso e nada disso eu tenho (AURORA, 2017).

A lei conhecida pela maioria veio para ajudar a categoria e dar mais visibilidade, mais valor ao trabalho doméstico. Porém, verifica-se que em muitos casos o direito das trabalhadoras é negligenciado e a falta de fiscalização também contribui muito para isso. Apesar dos avanços jurídicos, esta é uma questão delicada, já que é uma profissão realizada em domicílios privados e não pode haver violação dos mesmos; não se pode entrar e realizar uma fiscalização sem a permissão dos seus donos. Esse aspecto é prejudicial para as trabalhadoras domésticas, pois são elas que vivenciam a violação dos direitos que lhes pertence.

As entrevistadas também foram questionadas sobre os avanços que elas observaram com a nova lei das empregadas domésticas. Todas responderam que visualizaram bastante avanços e que trouxe enormes benefícios para a categoria. Dos avanços citados por elas estão: a jornada de trabalho, com 92,31%, o FGTS com 53,86%, a carteira de trabalho assinada com 46,15%, o 13º salário com 23,08%, o seguro-desemprego com 46,15%, salário mínimo com 7,69%, o intervalo para refeição com 30,77%, recolhimento do INSS com 7,69%, hora extra com 30,77%, adicional noturno com 7,39%, férias com 7,69%, auxílio-doença com 7,69%, licença maternidade com 7,69% e o abono-família com 7,69%.

No que diz respeito aos avanços para as trabalhadoras domésticas, os mais conhecidos por elas são: jornada de trabalho, FGTS, carteira de trabalho assinada, seguro-desemprego, intervalo para refeição e hora extra, o que demonstra o nível de informação e consciência considerável por parte das trabalhadoras domésticas sobre seus direitos.

Posteriormente, quando questionadas quais dos benefícios por elas citado possuíam de fato, 30,77% responderam “nenhum deles”, no caso das diaristas. Diz *Jane*, “Não, porque eu sou diarista, eu tenho minha consciência das coisas, mas mesmo assim eu estou levando [...]” (JANE, 2017).

Apenas 23,08% do total das mensalistas responderam que tinham todos os seus direitos assegurados como a jornada de trabalho, intervalo para refeições, FGTS, seguro-desemprego, 13º salário, abono família e auxílio doença. Os 46,15% restante do total das mensalistas,

alegaram que tinham seus direitos negligenciados pelos patrões. Como relata *Aurora*: “Só a carteira, o salário, o FGTS e o seguro se eu sair, ela disse que eu tenho, mas horário eu não tenho não” (AURORA, 2017).

Tiana expõe um problema semelhante: “Carteira assinada, 8 horas trabalhadas, mas não paga hora extra e feriado também não paga, ela não fala e eu também não questiono, eu acho que a vergonha faz eu não perguntar” (TIANA, 2017).

E por fim pra ilustrar bem, *Esmeralda* afirma: “Tenho salário mínimo, carteira assinada, hora extra ela não paga, nem adicional noturno, já passei muitas noites com as meninas doente acordada, já vi muito dia amanhecer [...]” (ESMERALDA, 2017).

Portanto ter a carteira de trabalho assinada não significa que os patrões estão proporcionando todos os benefícios auferidos por parte da categoria das domésticas, não garante que elas tenham uma jornada de trabalho digna e não significa que não há exploração. Os patrões acabam não cumprindo as leis, não se adequando às novas mudanças trazidas pela legislação. Desse modo, privam as trabalhadoras domésticas dos direitos conquistados e fazem com que a desvalorização da categoria permaneça.

Em outro quesito, a pesquisa ainda abordou qual o entendimento das trabalhadoras domésticas a respeito da existência do Sindicato das Domésticas no município de João Pessoa. Das respondentes, 23,08% relataram que não conheciam o sindicato das domésticas, 15,38% já ouviram falar, porém não tiveram acesso e não sabem de nenhum tipo de ação que realizam. As outras 61,54% tem conhecimento acerca do sindicato e consideram muito importante para a categoria delas. Os depoimentos a seguir demonstram o conhecimento e a importância que elas dão ao sindicato das trabalhadoras domésticas.

No sindicato a gente aprende muitas coisas nas reuniões que a gente vai, o que é certo, é importante, só que nem todas participa. Eu vou toda vez, só não vou se acontecer alguma coisa de doença, mais sempre eu estou lá. Não faço o que elas fazem entregar panfletos nas ruas, por que eu trabalho, só vou quando é no sábado e domingo. (ESMERALDA, 2017).

Faz tempo que eu fui no sindicato das empregadas domésticas, mais eu conheço, eu sai de um trabalho onde eu estava e fui lá saber de tudo direitinho. O que eu podia ter, o que eu tinha direito ou não, eu fui lá me informar sobre isso, o pessoal lá trabalha bem que só visse (MARIAN, 2017).

É importante por que através dele a gente sabe da lei, elas exigem que as leis sejam cumpridas, tem o benefício da gente vim aqui pra resolver esses problemas com os patrões, muito benefício mesmo, o sindicato ajuda as meninas. (KIARA, 2017).

É uma ferramenta que a gente tem, que a gente deveria estar junto e ir lá buscar. Infelizmente a gente não valoriza o que tem, hoje eu não estou podendo por conta do trabalho [...] Lá é a casa do trabalhador, é onde o trabalhador vai entender o trabalhador, não é o patrão. (CHARLOTE, 2017).

As trabalhadoras domésticas reconhecem o sindicato como uma ferramenta que aproxima as domésticas dos direitos que elas possuem. O fato de muitas terem baixo nível de instrução não lhes permite conhecer com propriedade a existência dos mesmos. Contudo, nem todas estão engajadas no sindicato pelas condições próprias da atividade. É difícil para elas conciliar jornada de trabalho, os afazeres na sua própria residência e o sindicato.

4.3.4 Representação política

Além das trabalhadoras domésticas participarem das entrevistas, a presidente do sindicato e a vice-presidente também contribuíram para a realização da pesquisa.

As duas líderes sindicais já desempenharam a função de trabalhadora doméstica, mas hoje se dedicam apenas ao sindicato. *Andrina* começou como doméstica não muito cedo, aos 35 anos, porém *Adella* iniciou a atividade na infância aos 12 anos. *Andrina* ingressou no trabalho doméstico por falta de opção. No caso de *Adella*, havia o desejo do consumo e sua mãe não podia arcar com suas necessidades, então resolveu trabalhar na atividade de doméstica. No início trabalhava apenas pela alimentação e por um corte de “xita” no meio e no final do ano; não era remunerada.

Assim como as outras trabalhadoras domésticas, em suas falas, afirmaram que não escolheram o trabalho doméstico; as circunstâncias da vida as levou a se inserir na profissão. Ambas relataram que o período no trabalho doméstico foi bastante sofrido. Para *Andrina*: “Foi muito sofrimento. Pega cada patrão, que não tem nem como trabalhar... Tinha que levar almoço, tinha que levar lanche, só podia almoçar depois deles e se sobrasse” (ANDRINA, 2017).

Para elas, era mais difícil ser trabalhadora doméstica no passado. A situação era bem mais delicada que nos dias atuais. Talvez o acesso às informações que possuem e o avanço na legislação trabalhista possa ter contribuído para melhorar alguns aspectos na relação entre patrão e empregado.

Em relação as atividades realizadas, elas faziam tudo, destaca *Adella*: “Fazia tudo meu amor. Era um lêlê só ... escrava Isaura. Cuidar de menino, cozinhar, lavar, passar, fazer faxina por um corte de xita” [...] (ADELLA, 2017). Surge aí o sentimento delas de escravização ao realizar aquela profissão, o que é culturalmente explicado, já que as origens do trabalho doméstico estão na escravidão.

No quesito relação com patrões, *Adella* relata que era bom, eram tratadas como se fossem da família. “Mais naquele tempo era de irmã pra irmã... que isso não existe né. Hoje eu

não sei nem por onde ela anda. Então não era irmã né? Não temos contato nenhum, então a gente não somos da família, não somos irmãs, é patrão e empregada” (ADELLA, 2017). A relação afetiva entre patrão e empregado aparece novamente, mas como maquiagem para o não cumprimento dos direitos mínimos. Até o salário era uma espécie de ajuda, e não em valor monetário. Ela mesma conclui que não era uma relação entre “irmãs”.

Quanto a motivação para o ingresso no sindicato em 2009, *Andrina* deu seu depoimento:

O que motivou foi a luta pelos direitos das mulheres. Eu peguei essa causa pra valer. Pra mim é uma paixão eterna por mudança em uma sociedade tão desigual, tão injusta, onde são tão aproveitadores das nossas domésticas que não sabem ler, escrever, que não sabem se defender... Eles engolem todos os direitos (ANDRINA, 2017).

Para *Adella*: “O que me motivou foram os direitos, que antes a gente não tinha, as novas leis, os novos direitos” (ADELLA, 2017).

Elas também ainda destacaram a importância do sindicato para a vida das trabalhadoras domésticas e também para que se faça valer o cumprimento da lei.

A vida delas só melhorou um pouco por causa do sindicato. A lei chegou. É claro que é uma mudança muito grande de 2013 até agora. Tem sido. Tem direito a fundo de garantia, carga horária definida, hora extra, salário família... Você olha assim lá atrás e aqui na frente, não se tá ainda a igualdade, mas houve mudança. Mas pra fazer valer é necessário ter o sindicato a frente, obrigando mesmo (ANDRINA, 2017).

Como o nível de instrução delas é baixo, é difícil a conquista dos direitos, tendo em vista que é uma profissão onde está enraizado o preconceito e a precariedade. Precisam de um instrumento de luta, o sindicato, para representar e reivindicar os direitos da categoria.

Outro quesito diz respeito aos principais problemas trazidos pelas trabalhadoras domésticas ao sindicato. *Andrina* destacou que: “Além das retiradas dos direitos que é fácil para os patrões porque a grande maioria não sabe ler, é muito fácil esconder delas os direitos. Tem muito assédio moral e sexual também” (ANDRINA, 2017). Complementa *Adella*: “A negação dos direitos, eles negam os direitos da carteira de trabalho assinada, pagamento de hora extra, gestante grávida que eles querem mandar embora, o trabalho exaustivo...” (ADELLA, 2017).

Com relação às reclamações trazidas ao sindicato em relação aos patrões, relataram os tratamentos que se passam dentro da casa entre o patrão e a empregada. Segundo as declarações, tratam elas como domésticas que “não tem valor de nada”. Essa questão de relações pessoais são complicadas entre patrão e empregadas, o que é bastante frequente dentro do trabalho doméstico, tendo em vista a posição de subordinação das empregadas em relação aos patrões.

Os principais avanços que elas observam com a nova lei para as domésticas são: o FGTS, seguro-desemprego e a definição da carga horária. Apesar das conquistas, ainda

confirmaram a existência da informalidade de trabalhadores domésticos. *Adella* relatou da seguinte forma: “Muitos estão ainda na informalidade. Todo dia chega uma aqui. Fui mandada embora. Sua carteira está assinada? Não. Ela não quis assinar. Acredito que uns 80% estão na informalidade e também muitas estão sendo diaristas, que está na informalidade também” (ADELLA, 2017).

Com relação às diaristas há uma preocupação do sindicato quanto ao fato de estarem descobertas da lei. Porém, priorizam as trabalhadoras domésticas já que estas possuem vínculo empregatício. No caso das diaristas, recorrem ao sindicato, mas o sindicato não pode intervir porque a relação delas tem que ser com o patrão.

Foram também questionadas sobre a presença de homens trabalhadores domésticos no sindicato. Relataram que a procura dos homens é menor em virtude de possuírem renda diferente das trabalhadoras domésticas. Segundo as sindicalistas, eles ganham mais que elas, porque geralmente são motoristas. Quando vão à procura do sindicato é só durante o momento da rescisão contratual e, eventualmente, para saber o valor que está sendo pago pelo seu serviço. Relata *Adella*: “Vem muito pouco. Enquanto vem 800 mulheres, vem 10 homens” (ADELLA, 2017).

Fica evidente que a maioria das pessoas que realizam o trabalho doméstico são mulheres. É uma profissão culturalmente feminina. Também fica evidente a discriminação de gênero na mesma profissão, pois as mulheres são responsáveis pela casa, enquanto os homens ficam alocados em outras funções mais bem remuneradas.

Será que com a aplicação da nova legislação para os trabalhadores domésticos a exploração do trabalho pode acabar? Esta foi uma questão colocada para as sindicalistas. Para *Andrina*:

É um trabalho muito de formiguinha. É uma coisa cultural. É muito difícil mudar a visão da doméstica e do patrão, os patrões não querem aceitar por que doméstica tem fundo de garantia, por que tem salário família, e eles não querem saber. Eu tenho elas na minha casa pra trabalhar [...] (ANDRINA, 2017).

Pelo relato, verifica-se a possibilidade da exploração ser reduzida. Contudo, é um caminho longo e lento a ser percorrido, já que são fatores culturais que estão presentes. Necessita mudança de cultura, de mentalidade.

Foram questionadas, ainda, como avaliam a importância do sindicato das trabalhadoras domésticas em João Pessoa e se as trabalhadoras domésticas estão engajadas nas lutas do sindicato. O depoimento de *Andrina* e *Adella* mostra que o sindicato é fundamental, mas, infelizmente, as trabalhadoras não estão engajadas o suficiente, o que é preocupante. Deixaram

o seguinte questionamento: quem dará continuidade ao trabalho caso, as que estão atualmente, não possam mais estar à frente?

A presença do sindicato é fundamental, é o porta voz. Elas não teria força nenhuma, pois o patrão não dialoga com o trabalhador de jeito nenhum. [...] Elas não estão engajadas, é muito difícil conscientizar. Ainda volta pra questão da conscientização, pra dizer a elas que este é o caminho que elas podem ser dona do saber e aí elas vão ser dona do poder, mais elas não entendem ainda (ANDRINA, 2017).

Ele é de grande valia. Veio pra nos fortalecer e fortalecer elas. Ele abriu os olhos das domésticas, para que os patrões não venham enganá-las, escravizá-las. Eu acho que o sindicato é de grande valia para o trabalhador. Ele contribuiu muito. Como a doméstica ia requerer o seguro-desemprego? Como ela ia homologar? Só que elas não dão valor, são poucas engajadas na lutas (ADELLA, 2017).

A representação sindical das trabalhadoras domésticas é bastante importante para a categoria, tendo em vista que luta pela garantia dos direitos das mesmas. Por outro lado, está faltando a conscientização por parte das trabalhadoras domésticas sobre a importância de estarem engajadas na luta e não procurarem o sindicato apenas quando estão com problemas com seus patrões. Um fator que pode explicar essa falta de engajamento por parte das trabalhadoras domésticas pode estar relacionado a sua origem, pois muitas são oriundas do interior, normalmente da zona rural; ou, como reflexo do baixo nível de instrução, o que acaba por limitar o acesso às informações e dificulta a compreensão sobre sua importância no fortalecimento do sindicato e na manutenção e conquista de direitos para a categoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho doméstico carrega consigo a desvalorização e o elevado índice de informalidade, além do preconceito, discriminação por meio de estereótipos e pela cor, o que pode ser fruto da sua própria origem, que está relacionada a uma sociedade escravocrata. Entretanto, em meio a todos esses aspectos enraizados no trabalho doméstico, não se pode desconsiderar a importância dessa atividade para um grande contingente de mulheres, uma vez que o trabalho doméstico é uma porta de entrada para muitas mulheres no mercado de trabalho.

A importância do trabalho doméstico também pode ser verificada no fato do mesmo tornar viável o sistema capitalista no qual estamos inseridos, pois ele dá suporte para a reprodução de várias outras atividades. O trabalho doméstico é fundamental para conciliação das atividades domésticas com as atividades fora do âmbito doméstico de inúmeras famílias. As mulheres carregam consigo, ao longo do tempo, esta responsabilidade, sendo consideradas adaptadas a este tipo de trabalho, por serem portadoras de habilidades atribuídas culturalmente ao sexo feminino.

De acordo com o objetivo geral do trabalho de analisar as condições da mulher no mercado de trabalho e a atividade do trabalho doméstico no município de João Pessoa, entre os principais resultados, verificou-se que é uma atividade ocupada majoritariamente por mulheres, com baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação profissional, salários relativamente baixos, muitas oriundas do interior e que se inseriram no trabalho doméstico por não ter tido outra oportunidade.

No que concerne às condições de trabalho, a pesquisa apontou alguns elementos importantes. Um deles é a invisibilidade da profissão perante a legislação. O trabalho doméstico por muito tempo foi uma atividade invisível, por ser realizado por mulheres e considerado improdutivo e não gerar lucro. Acabava sendo visto como sem importância e esquecido pela legislação, tendo assim seus direitos tardiamente equiparados às outras profissões.

A maneira como as trabalhadoras são recrutadas para exercer esta profissão também tem impactos nas condições de trabalho. Caso as trabalhadoras domésticas sejam contratadas com carteira de trabalho assinada, elas garantem seu rendimento estabelecido por lei, além de todos os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Entretanto, se forem contratadas como diaristas, às vezes podem auferir maiores salários, no entanto estarão desprotegidas dos direitos trabalhistas, caso não contribuam como autônomas para a previdência social.

As diaristas, neste caso, acabam por ficar em uma situação pior. Durante a realização da pesquisa, constatou-se que todas as mensalistas possuíam carteira de trabalho assinada,

embora tardiamente, são portadoras dos direitos trabalhistas e previdenciários. Já as diaristas participantes da pesquisa, estão inseridas na informalidade, tendo em vista a não contribuição como autônomas para a previdência social.

Os dados encontrados também demonstram jornadas de trabalho extensas, intensas e exaustivas das trabalhadoras domésticas no município de João Pessoa. São consideradas extensas por trabalharem mais de 8 horas diárias. Algumas chegam a trabalhar 13 horas por dia. Intensas e exaustivas por realizarem uma multiplicidade de tarefas, durante o tempo de realização do seu trabalho, evidenciando assim a exploração da força de trabalho que está presente nesta atividade e o não cumprimento da lei nº 150.

A pesquisa também constatou a precariedade das condições de trabalho na profissão, tendo em vista que alguns direitos trabalhistas são violados, como o cumprimento da jornada de trabalho, o pagamento de hora-extra, a concessão de feriados, entre outros. Essa constatação se deu pela percepção de que, por ser uma atividade realizada no âmbito residencial, é comum a criação de laços de afetividade entre os patrões e trabalhadores domésticos, contribuindo para as irregularidades dos patrões em cumprir os direitos trabalhistas assegurados às trabalhadoras domésticas. Por outro lado, existe o medo da reivindicação dos direitos por parte das trabalhadoras domésticas, pois se sentem inseguras quanto ao emprego, temendo perdê-lo em caso de questionamento da violação dos seus direitos.

A discriminação e o preconceito também foram constatados e são bem reais nesta atividade, permeados por questões de classe e raciais, fruto de uma herança cultural consolidada no país.

Quanto às mudanças na legislação trabalhista que regulamentam o trabalho doméstico, podemos constatar a importância de dois momentos. A promulgação da Constituição de 1988, que representou um período de afirmação para a categoria, passando a ser mais valorizada e em condições de poder reivindicar seus direitos; e, a Emenda Constitucional nº 72/13, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, momento transformador que veio corrigir a negação dos direitos até então não concedidos aos trabalhadores domésticos. Porém, se torna necessário a supervisão dos mesmos, para que não haja retrocesso, tendo em vista que ainda há resistência por parte dos patrões em não cumprir os desígnios da lei.

No tocante a representação sindical das trabalhadoras domésticas no município de João Pessoa, vale ressaltar o enfrentamento de muitas dificuldades desde 2009, a começar pela falta de espaço físico, sendo necessário ter como parceiro o sindicato da construção civil, que cedeu o espaço para as mesmas poderem se instalar. Mas, apesar de toda dificuldade, conseguiram se

unir e lutar pela equiparação dos seus direitos com as demais atividades produtivas e a valorização da profissão por parte da sociedade. É necessário também destacar a importância do sindicato pelo reconhecimento do valor do trabalho doméstico e pela tentativa constante de torná-lo uma profissão digna e decente como todas as outras.

Outra dificuldade também vivenciada pelo sindicato é o não engajamento suficiente por parte das trabalhadoras domésticas nas lutas sindicais, apesar das entrevistadas enxergarem a importância do sindicato para a categoria. Entretanto, é comum a presença delas no sindicato somente após terem problemas com os patrões ou quando são demitidas. Deve-se ressaltar que a não participação das trabalhadoras domésticas nas lutas sindicais está atrelada a característica da própria profissão, que exige horas extensas de trabalho das mesmas.

Ficou claro que a cultura enraizada no país, os resíduos do período escravocrata, limitam melhores condições de trabalho para as trabalhadoras domésticas, porém não torna impossível uma mudança no quadro vivenciado por elas. Muitas mudanças já foram efetivadas com a instituição da lei, porém é necessário que se avance mais. A luta por melhores condições de trabalho deverá continuar não apenas através das lutas sindicais, mas também pelos formuladores de políticas públicas para que fomentem ações que venham favorecer as trabalhadoras domésticas com melhores condições de trabalho, categoria bastante carente de atenção por parte dos gestores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. C; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2013, v. 43, n.149. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 ago. 2016.

ASSIS, M. C. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, M. O. S. **A igualdade formal ante a desigualdade material na relação de emprego doméstico no Brasil**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, que aprova a consolidação das leis de trabalho. **Portal da Legislação**, Rio de Janeiro, mai. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, dez. 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5859.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. **Portal Legislação**, Brasília, jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 10.208, de 23 de março de 2001, que acresce dispositivos à Lei n° 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao seguro-desemprego. **Portal da Legislação**, Brasília, mar. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10208.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional n° 72, de 2 de abril de 2013, que altera a redação do parágrafo único do art. 7° da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos entre trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. **Portal Legislação**, Brasília, abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar n° 150, de 1 de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho

doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. **Portal Legislação**, Brasília, jun. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em: 26. set. 2016.

BRUSCHINI, M. C. A. **Trabalho das mulheres no Brasil**: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: FFC/DPE. p.78, 1998.

BRUSHINI, M. C. A; RICOLDI, A. M. Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2009, v. 39, n. 136. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100006>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CAMPOY, B. R. **O trabalho doméstico remunerado no Brasil**: desigualdade, direitos e saúde. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. 2012, 127f.

CAPISTRANO, K. L. L. C. **A regulamentação dos empregados domésticos no Brasil face aos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana**: as perspectivas da convenção nº 189 da OIT e da PEC 478/2010. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2013, 140f.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego. **As características do trabalho doméstico remunerado nos mercados de trabalho metropolitano**. 2010. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2010/2010pedsetoriaistrabalhodomestico.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **O trabalho doméstico remunerado no espaço urbano brasileiro**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/2012trabDom.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **O Emprego Doméstico no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

LEITE, M. P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, M.P; ARAÚJO, A. M. C. (ORG). **O trabalho reconfigurado**. São Paulo: Annablume. p.71. 2009.

MATTOS, M. R. Trabalhadores urbanos e domésticos: a constituição federal e sua assimetria. **Revista Estudos Feministas**. [online]. 2009, v. 17, n. 3. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300015>.
Acesso em: 11 set. 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Empregado (a) doméstico (a)**. Brasília: MTE, SIT, 2008. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/trab_domestico/>. Acesso em: 14 maio. 2016

MYRRHA, L. J. D; WAJNMAN, S. Características e heterogeneidade do emprego doméstico no Brasil. In: XVI Encontro de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. **Anais Eletrônicos**. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1676.pdf>.
Acesso em: 23 ago. 2016.

NOGUEIRA, C. M. A feminização no mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, R; SILVA, M. A. M, (ORG). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 199-234.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **O trabalho digno e a economia informal**. 2002. Disponível em:
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>.
Acesso em: 23 ago. 2016.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção e Recomendação sobre o trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos**. 2011. n° 189. Disponível em:
<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Brasil tem o maior número de domésticos do mundo**. 2013. Disponível em:
< <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>>. Acesso em: 09 nov.2016.

Portal ODM. Disponível em: < <http://www.relatoriosdynamics.com.br/portaldm/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

I Perfil da trabalhadora Doméstica

Idade:

Cor:

Estado Civil:

Naturalidade:

Nível de Instrução:

Rendimento:

Possui filhos? Sim () ou Não ()

Se sim, quantos?

- 1) Quais os motivos que levaram a senhora a se tornar trabalhadora doméstica?
- 2) Com quantos anos começou a trabalhar como trabalhadora doméstica?
- 3) A quantos anos está nesta profissão?
- 4) Qual a sua jornada de trabalho? Quantas horas trabalha por dia?
- 5) Que tipo de atividades a senhora realiza no seu trabalho?
- 6) Possui Carteira de Trabalho assinada? Em caso afirmativo, há quanto tempo?
- 7) Considera o valor recebido (salário) adequado para a profissão que exerce?
- 8) Já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito por exercer essa profissão? Se sim, que tipo de preconceito ou discriminação a senhora pode relatar.
- 9) Identifica alguma dificuldade em exercer essa profissão?
- 10) Qual a sua relação com o seu patrão?
- 11) A senhora já ouviu falar sobre assédio moral no trabalho ou na sua profissão? Sabe de alguém que já passou por isso? Se sim, nos relate este acontecimento.
- 12) Já ouviu falar sobre a lei das empregadas domésticas?
- 13) Quais os avanços que a senhora observa com a nova lei para as empregadas domésticas? Na sua opinião trouxe algum benefício para a categoria?
- 14) Quais benefícios a senhora atualmente possui por ser trabalhadora doméstica?
- 15) Qual o seu entendimento sobre a existência do Sindicato das trabalhadoras Domésticas em João Pessoa? Sabe de alguma ação desse sindicato?
- 16) Pretende se aposentar com quantos anos?

- 17) A senhora é realizada com o trabalho que exerce?
- 18) Seus filhos pretendem seguir a sua profissão?
- 19) Caso não fosse trabalhadora doméstica, que outra profissão exerceria?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS REPRESENTANTES SINDICAIS

Membros do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de João Pessoa e Região

Naturalidade:

Nível de Instrução:

Possui filhos? Sim () ou Não ()

Se sim, quantos?

- 1 Já desempenhou a função de trabalhadora doméstica?
- 2 Com quantos anos começou a trabalhar como trabalhadora doméstica?
- 3 Qual era sua jornada de trabalho? Quantas horas trabalhava por dia?
- 4 Possuía Carteira de Trabalho assinada? Em caso afirmativo, por quanto tempo?
- 5 Considerava o valor recebido (salário) justo para a profissão?
- 6 Já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito por exercer essa profissão? Se sim, que tipo de preconceito ou discriminação a senhora pode relatar.
- 7 Como chegou a ocupar a função no sindicato? Há quanto tempo?
- 8 Quais os principais problemas trazidos pelas trabalhadoras domésticas no sindicato? Quais as principais reclamações sobre a relação com o patrão?
- 9 Há casos de assédio moral no trabalho ou na profissão de trabalhador doméstico? Sabe de alguém que já passou por isso? Se sim, nos relate algum acontecimento.
- 10 Quais os avanços que a senhora observa com a nova lei para as empregadas domésticas? Na sua opinião trouxe algum benefício para a categoria? Quais os principais benefícios?
- 11 Ainda há trabalhador (a) doméstico (a) sem carteira de trabalho assinada?
- 12 E o trabalho das diaristas? Como o sindicato avalia? Essas trabalhadoras procuram o sindicato?
- 13 Os homens trabalhadores domésticos procuram o sindicato? Quais os principais problemas relatados por eles? São os mesmos das mulheres?
- 14 A senhora acha que a exploração do trabalho doméstico pode acabar a partir da aplicação da Lei dos Empregados domésticos?
- 15 Como a senhora avalia a presença do Sindicato das trabalhadoras e trabalhadores Domésticos em João Pessoa? As trabalhadoras estão engajadas nas lutas do sindicato?